

**TRIBUTAÇÃO, EMPREGUISMO E MANUFATURAS NA
CONFORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LIVRE NA CORTE
IMPERIAL BRASILEIRA (1850-1880)**

***TAXATION, EMPLOYISM AND MANUFACTURERS IN THE FORMATION OF
A FREE JOB MARKET AT THE BRAZILIAN IMPERIAL COURT (1850-1880)***

Artur José Renda VITORINO*

RESUMO

Ao tomar como estudo a conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira após o fim do tráfico negreiro, este artigo procura mostrar que o seu mercado interno, por estar preso aos interesses de uma economia urbana mercantil sob a escravidão, travou a generalização do trabalho assalariado.

Palavras-chave: *Rio de Janeiro, Brasil Império, mercado de trabalho, economia urbana, mercado interno, receita pública, funcionalismo público, comércio externo, industrialização.*

ABSTRACT

By focusing a research the formation of the free job market at the Brazilian Imperial Court, after the end of the slavery traffic, this article reveals that the internal market, limited by the interests of an urban mercantile economy under of slavery, prevented the spread of paid work.

Key-words: *Rio de Janeiro, Imperial Brazil, job market, urban economy, internal market, public income, public servants, external commerce, industrialization.*

Este artigo constitui o 3º capítulo da minha tese de doutorado, *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de*

1850 a 1880, defendida em julho de 2002 na UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. Claudio H. de M. Batalha e financiada pela FAPESP.

(*) Doutor em História pela Unicamp. Professor do Curso de História do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

1. ECONOMIA URBANA E RECEITA PÚBLICA

O fim do tráfico negreiro alterou muita coisa na economia do Rio de Janeiro, num efeito tão impactante que foi capaz de configurar na capital do Império uma vida econômica urbana de feições e forças próprias. Induzido especialmente pelo capital que antes estava engatado no negócio negreiro, o ritmo de acumulação e as atividades produtivas internas de capitais (fixo e circulante) eram ditados pelo capital mercantil urbanizado.

O setor agrícola de exportação do Vale do Paraíba, por apresentar-se enlaçado, através dos comissários, ao sistema de crédito urbanizado, e, por ele também estar inserido no processo urbano de comercialização, de sua exportação e de seus agentes, tal mecanismo fez drenar o excedente monetizado da produção cafeeicultora desta região para a Corte.

O sistema de crédito também vai financiar o aumento das importações, fazendo gerar na Corte uma economia urbana que conseguiu confluir o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e bens de consumo, dando condições favoráveis para a tributação e conseqüente aumento do gasto público urbano.

A tutela da Praça do Rio, dos seus bancos e dos seus comissários não se fazia sentir somente no Vale do Paraíba. Especialmente após a reforma Itaboraí, que realizou um verdadeiro sistema de centralização creditícia, as sucursais do Banco do Brasil realizavam elevada transferência de capitais das províncias do Norte para o Rio. Em análise de Evaldo Cabral de Mello:

“A reforma Itaboraí (1853), que deu monopólio da emissão ao Banco do Brasil,

foi o principal instrumento de uma orientação financeira que, como notou com acuidade Joaquim Nabuco, alçou a unidade bancária à condição de um ‘dogma político’. Como se sabe, Itaboraí visava declaradamente a criar um sistema moderno de moeda e crédito assente na massa de capitais até então investidos no tráfico africano e que a lei Eusébio de Queiroz (1850) viera em boa hora liberar para outros fins reprodutivos. Ao fazê-lo, porém, com base na unidade de emissão, a reforma terá acarretado a transferência para a praça do Rio de recursos anteriormente empregados no comércio negreiro das províncias do norte, particularmente na Bahia, onde ele fora mais vivo. Daí que a terminação do tráfico não tenha criado na Bahia ou em Pernambuco ou no Maranhão, a euforia econômica observada no Rio dos primeiros anos cinqüenta; e que abortasse o surto bancário que se havia feito sentir nas principais províncias nortistas nos anos quarenta.”¹

Ao se falar da reforma realizada por Itaboraí,² entramos na questão de saber se é possível discernir, no dissídio partidário, os interesses econômicos que condicionavam o programa de Conservadores e Liberais. Mas como não é minha intenção aprofundar este tema, farei somente algumas considerações sobre como era a política monetária e a administração orçamentária e fiscal conduzidas por Liberais e Conservadores durante o Segundo Reinado, já que elas são relevantes para o entendimento deste artigo.

A reforma Itaboraí, então um dos cardeais do partido Conservador, fez concentrar em um só banco, o Banco do Brasil instalado na capital

⁽¹⁾ Evaldo CABRAL DE MELLO, *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2ª ed. 1999, p. 105. Nas transcrições (sempre em itálico), nos nomes próprios e de jornais ou instituições, optei por manter a ortografia original. Doravante seguirei este critério.

⁽²⁾ Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, chefiou o 11º gabinete que durou de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853, e acumulou, como era de regra no período, a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda. Foi o fundador do terceiro Banco do Brasil a se instalar aqui, que, por suas agências e filiais, podia servir a todas as províncias, sendo concedido a esse banco o privilégio de emissão. Com isto, o banco adquiriu o caráter de regulador da circulação, e com ele contratou a substituição dos bilhetes do Tesouro por notas bancárias conversíveis.

do Império, o privilégio de emitir. Era política econômica do partido Conservador realizar, através do monopólio por parte do Banco do Brasil, a concentração da emissão e enxugar o estoque monetário do país a fim de outros bancos não criarem crédito. Deste modo, se evitaria que as letras de prazo curto ou vales (de 5 dias, em regra) desses bancos viessem a circular como moeda, fazendo concorrência ao papel do Tesouro, e que o excesso de papel-moeda, conseqüentemente, depreciasse o câmbio. Em outras palavras, a política monetária do partido Conservador era *centralizar* em um só banco a emissão do papel-moeda para restringir a circulação fiduciária e o crédito, a fim de manter uma moeda brasileira forte e estável, bem como o câmbio valorizado para facilitar o repagamento do considerado débito estrangeiro da nação.

Já a política monetária do partido Liberal podia ser exemplificada através da emblemática atuação de Bernardo de Souza Franco, quando ele esteve à frente do Ministério da Fazenda de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858. Ao contrário dos cardeais do Partido Conservador, Souza Franco criou na sua gestão seis novos bancos emissores com sedes nas províncias do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Maranhão, em que a garantia do valor do meio circulante era sobre títulos do crédito público nacional. Assim, ao mesmo tempo em que a emissão plural e a distribuição de crédito patrocinada pelo estado tendiam a desvalorizar o câmbio e acentuar a inflação, aumentando a dívida interna, elas também facilitavam os empreendimentos brasileiros, ao impulsionar o comércio, mesmo aquele que não estava ligado à exportação, as indústrias, os bancos domésticos (desde que tivessem poucas obrigações estrangeiras) e a agricultura de exportação.

Quanto à noção prevalecente de que a desvalorização do câmbio beneficiaria o setor de exportação e, portanto, a indústria cafeeira encorajava a desvalorização cambial, pois assim

ela seria remunerada pelas moedas mais fortes das nações mais desenvolvidas, há de se notar que a indústria cafeeira era formada pelos grupos - na maioria das vezes distintos - de agricultores, comissários e exportadores. Os agricultores eram favoráveis ao câmbio desvalorizado e até à emissão de moeda, mesmo que inflacionária, mas a possibilidade inflacionária e a desvalorização cambial assustava os grupos comerciais mais representativos no setor de exportação de café. Em suas atitudes em relação à questão cambial, as associações comerciais demonstraram interesses opostos. Os grupos comerciais e agricultores do Nordeste eram favoráveis à desvalorização cambial, ao contrário das associações comerciais de Santos e do Rio de Janeiro - dominadas por estrangeiros e representantes de casas comerciais engajadas tanto na exportação quanto na importação - dos financiadores do exterior e dos investidores estrangeiros que pressionavam a favor da alta do câmbio.³

A inter-relação entre circulação monetária e câmbio, que fazia do excesso de papel inconvertível em ouro o maior causador das variações do câmbio entre a praça do Rio e a de Londres, era fato nos anos de 1866 a 1871. Mas isso ocorreu não porque o Banco do Brasil facilitou o crédito, pois foi justamente neste período que o Banco do Brasil resgatou mais da metade de suas notas, conforme acordo de 1866 (que proibiu o banco de emitir notas e tornou-o mais independente do governo). Foi o governo quem aumentou o dinheiro em circulação em mais da metade, forçando a queda do câmbio em Londres em até 14 *pence* para cada mil-réis, em 1867, o mais baixo de todo o Império.⁴

A Guerra do Paraguai forçou o governo a se apropriar de todo o ouro do Banco do Brasil, ouro este que foi para o Prata, enriquecendo os fornecedores argentinos alocados principalmente em Buenos Aires, e para a Europa, com

³ Eugene RIDINGS, *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 138-144.

⁴ Ao relacionar o câmbio com as notas do estado, as notas do banco e os bilhetes do tesouro durante os anos de 1866 a 1871, Castro Carreira mostra que foram as notas do estado que fizeram depreciar o câmbio. Cf. Liberato de Castro CARREIRA, *História financeira e orçamentaria do Império do Brasil desde a sua fundação. Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 441.

a compra de armamentos.⁵ Para financiar os gastos de guerra, tanto a administração conservadora quanto a liberal foi obrigada a aumentar a circulação de papéis fiduciários através do curso forçado.⁶

Era normal os estadistas do Império se queixarem do excesso de papel-moeda e conseqüente depreciação do câmbio. Para o liberal Affonso Celso de Assis Figueiredo, no entanto, não havia nenhuma correlação entre meio circulante e taxa cambial. Em discurso de 18 de março de 1879, proferido na Câmara dos deputados, o futuro Visconde de Ouro Preto dizia que a prova de que

“(...) a nossa circulação fiduciária não influe nesta praça para a queda do cambio; fornecem-na tres factos altamente significativos.

Os annos de 1859 a 1860 marcam a epoca da maior expansão de credito entre nós. Foi então que a emissão do papel-moeda teve mais brusco e mais consideravel augmento.

Desapparecera a moeda metallica; emittia o thesouro, diversos bancos emittiam e tambem suas caixas filiaes.

Os 51 mil contos, que tinhamos em circulação, subiram rapidamente a 90 mil. Entretanto o cambio nunca desceu de 23 e subiu a 27 ds...

Quinze annos mais tarde⁷, o cambio estava entre 25 e 26 ds.; deu-se nesta praça uma crise monetaria; os bancos sentiam-se ameaçados, e o governo entendeu dever ir em seu auxilio. Foi autorizada uma emissão de 25.000:000\$; e o que aconteceu?

O cambio, longe de baixar, subiu até 28, e foi além, chegando a 28, á proporção que o papel ia-se introduzindo na circulação; e, ao contrario, quando o governo tratou de receber esta nova emissão, foi descendo até 24!...

Ainda agora mesmo, por ocasião do decreto promulgado pelo meu illustre antecessor,⁸ não houve nenhuma baixa de cambio. Pelo contrario, houve alta...

Logo o papel-moeda não influe para a baixa do cambio.”⁹

Com exceção do período da Guerra do Paraguai (1864-1870), ao longo do Segundo Reinado é possível distinguir que eram diametralmente opostas as políticas monetárias de Liberais e Conservadores quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda: enquanto aqueles tomavam medidas para *descentralizar* a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor

⁽⁵⁾ John SCHULZ, *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo, Ed. USP/Instituto Fernando Braudel, 1996, pp. 44-5. O partido Liberal governou da 24 de maio de 1862 (17º Gabinete) a 16 de julho de 1868 (22º Gabinete), e o partido Conservador desta data até 5 de janeiro de 1878 (26º Gabinete).

⁽⁶⁾ Entenda-se curso forçado como a declaração de que instrumentos como papel moeda ou bilhetes bancários devem ser aceitos em pagamento pelo seu valor nominal, sem levar em conta o valor atual desses instrumentos em metal. Sobre os recursos extraordinários de que lançou mão o Tesouro Nacional para fazer face às despesas da guerra do Paraguai, ver Liberato de Castro CARREIRA, *op. cit.*, p. 427. Para Rui G. GRANZIERA (*A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo, Hucitec, Campinas, Unicamp, 1979), neste período de guerra, o governo foi obrigado a realizar uma renovação do meio circulante através do curso forçado, abrindo vantagens inéditas ao comércio atacadista local, em cujo contexto iria se dar a verdadeira acumulação de capital.

⁽⁷⁾ Refere-se, aqui, à crise de 1875, que fizera os preços do café cair e obrigou Mauá a suspender as operações de seus bancos. Esta crise teve como causa externa o início da “grande depressão” mundial originada na Europa central, na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir de maio de 1873. Cf. John SCHULZ, *op. cit.*, pp. 33-48.

⁽⁸⁾ Trata-se do decreto de 15 de abril de 1878, autorizando o Ministério da Fazenda a emitir, nos exercícios de 1877-78 e 1878-79, até a importância de 60.000:000\$ de papel-moeda para acudir às urgentes despesas da seca que devastava as províncias do Norte e às demais obrigações contraídas pelo Tesouro. Na volta ao poder do partido Liberal, no 27º gabinete que teve começo em 5 de janeiro de 1878 e deixou o poder em 28 de março de 1880, no ministério presidido pelo conselheiro Sinimbu estava na pasta da Fazenda Gaspar da Silveira Martins, substituído interinamente por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu e em 8 de fevereiro de 1879 por Affonso Celso de Assis Figueiredo.

⁽⁹⁾ *Apud* Amaro CAVALCANTI, *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 169. (O destaque está na edição citada.)

exportador; esses procuravam segurar as rédeas da economia ao *centralizar* a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda mas aumentava os rendimentos dos exportadores. Mas, ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro¹⁰, que os fazendeiros estivessem mais próximos do partido Liberal do que do Conservador, visto que os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez

surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.¹¹

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela *centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*,¹² o Estado monárquico precisava – aliás como qualquer Estado – de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo agiam de forma diferenciada: o partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do partido Liberal, que com determinada linha orçamentária tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais.¹³

Mas, que fique claro, essas considerações não significam dizer que o partido Liberal, quando no comando do centro decisório do poder, estava lá com o precípua objetivo de governar em nome e para os senhores grandes proprietários rurais e para os empreendedores e comerciantes nacionais; e que, na outra margem, o partido Conservador, quando no poder, seria o porta-voz e defenderia os interesses das grandes casas

¹⁰ Sigo, aqui, as hipóteses de trabalho lançadas por Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo, 8ª ed., 1988, cap. X, pp. 341-397. Como também do mesmo Autor, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro, Globo, 3ª ed., 1988, p. 162.

¹¹ Sobre os princípios do Partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do Partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver Américo BRASILIENSE, *Os Programas dos Partidos e o 2º Império. Primeira parte: exposição de princípios*. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1878. Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Holanda Cavalcanti – “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder” – ver Ilmar Rohloff de MATTOS, *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987. Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

¹² Um estudo de como foram bem diferentes os resultados, na construção do Estado, da independência na América espanhola e América portuguesa, ver José Guilherme MERQUIOR, “Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina”, in: John A. HALL (org.), *Os Estados na história*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 386-421.

¹³ Apesar de ter sido escrito no bojo da luta política, pois o partido Conservador estava governando o país desde 16 de julho de 1868, é imprescindível acompanhar o estudo político-financeiro realizado pelo paraense liberal e Conselheiro de estado Tito FRANCO D’ALMEIDA, *A Grande política. Balanço do Império no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, 1877.

comerciais importadora e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito.¹⁴

Mesmo que as medidas de extinção do tráfico e as leis abolicionistas tenham saído todas de gabinetes conservadores, a crônica política diária dos debates e resoluções realizados na Câmara, Senado, Conselho de Estado, dissoluções da Câmara, na subida e descida dos partidos do comando dos Gabinetes, revela-nos que é um exagero caracterizar o quadro institucional, o Estado, como instrumento da dominação ora dos senhores grandes proprietários rurais, ora dos senhores do grande comércio e dos financiadores.¹⁵

Sobre qual base era apoiada a estrutura fiscal, deve-se ter em conta que a Corte imperial era essencialmente uma cidade mercantil. Não somente a sua prosperidade como até a sua existência dependia do seu comércio externo. Nesse sentido, não eram somente o negociante e o construtor naval os únicos interessados no seu caráter comercial. O artífice, o oficial ou o obreiro, o lojista, o jornaleiro, o capitalista, o proprietário, o lavrador, todos se achavam estreitamente ligados e identificados com a prosperidade do Rio de Janeiro. Proclamava-se, em 1843, que a vocação natural dessa cidade era “*tornar-se o maior deposito commercial, em uma palavra, o emporio do commercio do globo.*”¹⁶

Mais do que vocação, a predominância do comércio externo era uma consequência histórica da economia colonial. Não obstante, o rendimento das alfândegas era a base de toda a

organização fiscal do Brasil. Conforme observou o Conde von Straten-Penthoz, esse rendimento fornecia ao orçamento do país “*mais de quatro quintos da sua dotação; este facto não é resultado de um systema, mas da necessidade.*”

“*Com effeito - continuava o conde belga -, a industria mercantil podia só fornecer a alimentação do novo Imperio. O luxo da colonia portugueza nas cidades do Atlantico e nas plantações vizinhas tinha dado ao commercio uma prosperidade, que antecipava muitos seculos o gráo de bem estar do interior do Brazil. Quando os acontecimentos produziram a independencia da colonia, a organização politica, que foi della o resultado, se havia regulado pela civilização do litoral, ficando quasi um mecanismo physico para o resto do territorio. Pela mais natural das consequencias, o Imperio, que nascêra sobre o litoral, foi buscar o seu imposto na prosperidade, de que estava rodeado.*

Este resultado, aliás, convinha inteiramente ás propensões das raças meridionaes; pois era tirar recursos do dinheiro mais facil de receber, fazendo do estrangeiro o fornecedor immediato delle, e deixando-lhe o cuidado de seu reembolso indireto pelo paiz, em proveito do qual o tributo era levantado.

A nova nação recebeu assim uma fôrma de governo e não sentio o onus da sua manutenção.

⁽¹⁴⁾ José Murilo de CARVALHO (*A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980, pp. 165-6.) afirma que conquanto houvesse diferenças de interesse na composição dos partidos Liberal e Conservador, eram eles em comum formados por pessoas ligadas ao setor agrário: “(...) Os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltada para a exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, principalmente, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se dispõem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terras filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional.”

⁽¹⁵⁾ No livro *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, Rio de Janeiro, IPERJ, 1988, sobretudo no capítulo “A política da abolição: o rei contra os barões”, José Murilo de CARVALHO mostrou que a elite política frequentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo Gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da ferrenha oposição dos plantadores de café das três províncias-chave do Império: Rio, São Paulo e Minas. Para um acompanhamento, a partir de informações colhidas de um dos protagonistas da época, dos bastidores e negociações que envolveram a aprovação da Lei do Ventre Livre, ver Tobias BARRETO, *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913, “A lei de 28 de Setembro”, pp.11-34.

⁽¹⁶⁾ “Ao habitantes do Rio de Janeiro. 1ª Carta”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 e 16 jun. 1843, p.3.

*Os factos, dos quaes nascia o regimen economico, deviam estender sua influencia á ordem politica. A insufficiencia das riquezas do interior tinha forçado o orçamento a nutrir-se do litoral; o salario publico veiu em socorro da insufficiencia das fortunas privadas para estabelecer o censo eleitoral e o censo de elegibilidade.*¹⁷

De fato, as rendas gerais do Império, em sua grande parte, procediam dos direitos alfandegários, cobrados nas importações dos

produtos estrangeiros despachados por consumo, e dos direitos dos produtos nacionais exportados para os países estrangeiros. As despesas gerais eram realizadas de conformidade com as leis do orçamento, votadas pelo poder legislativo e pelos Ministérios (Ministérios do Império, Justiça, Estrangeiros, Marinha, Guerra, Fazenda, acrescentado, a partir de 1860, o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas), em que se dividia a administração do Brasil. As rendas e despesas gerais, efetuadas nos 20 exercícios de 1844-1845 a 1863-1864 eram as que constam no mapa seguinte:

Exercícios	Rendas	Despesas
1844-45	24.276:000\$000	25.458:000\$000
1845-46	25.694:000\$000	24.245:000\$000
1846-47	26.764:000\$000	24.969:000\$000
1847-48	24.125:000\$000	24.980:000\$000
1848-49	25.204:000\$000	27.883:000\$000
1849-50	26.978:000\$000	28.563:000\$000
1850-51	31.533:000\$000	32.656:000\$000
1851-52	35.787:000\$000	42.241:000\$000
1852-53	36.391:000\$000	30.929:000\$000
1853-54	34.516:000\$000	36.234:000\$000
1854-55	35.985:000\$000	38.740:000\$000
1855-56	38.634:000\$000	40.243:000\$000
1856-57	49.156:000\$000	40.374:000\$000
1857-58	49.747:000\$000	51.756:000\$000
1858-59	46.920:000\$000	52.718:000\$000
1859-60	43.807:000\$000	52.606:000\$000
1860-61	50.052:000\$000	52.358:000\$000
1861-62	52.489:000\$000	53.050:000\$000
1862-63	48.349:000\$000	56.660:000\$000
1863-64	54.625:000\$000	55.519:000\$000

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 294.)

⁽¹⁷⁾ Citado em João Cardoso de MENEZES e SOUZA, *Theses sobre a colonização do Brazil. Projecto de solução a's questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatório ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875, p. 184.

Com exceção do biênio 1845-46 a 1846-47, e do exercício 1852-53, nos demais 17 anos as despesas excederam as rendas. Observa-se, também, que os biênios 1850-51 e 1851-52 apresentam um acréscimo substancial tanto das rendas quanto das despesas. Este acréscimo, quanto às rendas, ocorreu porque nos exercícios de 1850-51 e 1851-52, o valor total das importações do Brasil saltou de 59.165:000\$000 - durante o ano de 1849-50 - para 76.918:000\$000 e 92.860:000\$000 - representando respectivamente os exercícios dos anos 1850-51 e 1851-52.

Tal acréscimo das rendas vem então demonstrar, como veremos no quadro abaixo, que as rendas gerais e depósitos do Império

procediam em sua maior parte dos direitos aduaneiros.

Além de nos permitir reconhecer que a principal renda do Império procedia dos direitos da alfândega, os dados do quadro abaixo indicam que as rendas aduaneiras aumentaram no decurso dos 20 anos na razão de 165,58%, o que significa um crescimento médio anual de 8,02%. Já as rendas extraordinárias representaram um progresso médio e constante na razão anual de 55,36%. Da mesma forma, há um crescimento das rendas do interior, que nesse espaço de tempo saltou de 4.138:500\$ para 11.446:660\$, deixando registrado que houve um incremento das atividades artesanais, manufatureiras e

Exercícios	Das Alfândegas	Do interior	Extraordinária	Dépósitos
1844-45	18.872:100\$	4.138:500\$	265:300\$	528:600\$
1845-46	21.500:900\$	4.608:100\$	184:600\$	505:500\$
1846-47	22.007:800\$	4.434:000\$	322:300\$	863:500\$
1847-48	19.963:900\$	3.994:700\$	166:100\$	607:600\$
1848-49	19.863:300\$	5.173:700\$	165:200\$	958:700\$
1849-50	21.802:400\$	4.894:100\$	281:400\$	1.222:800\$
1850-51	25.749:000\$	5.457:800\$	325:800\$	1.164:100\$
1851-52	29.937:100\$	5.431:600\$	398:000\$	1.925:800\$
1852-53	29.939:000\$	5.866:500\$	584:800\$	1.711:800\$
1853-54	27.560:000\$	6.237:600\$	718:800\$	2.531:700\$
1854-55	28.403:000\$	7.211:800\$	370:000\$	2.590:500\$
1855-56	30.396:500\$	7.655:700\$	582:000\$	3.307:800\$
1856-57	40.016:600\$	8.597:400\$	542:200\$	3.599:700\$
1857-58	39.139:700\$	9.687:700\$	919:500\$	3.664:100\$
1858-59	36.681:900\$	9.493:800\$	744:200\$	3.455:700\$
1859-60	33.098:800\$	10.089:300\$	619:100\$	3.503:600\$
1860-61	37.559:000\$	11.614:700\$	877:900\$	3.525:400\$
1861-62	39.873:700\$	11.507:200\$	1.107:900\$	3.381:900\$
1862-63	36.042:800\$	11.000:200\$	1.306:300\$	3.138:600\$
1863-64	40.122:300\$	11.446:660\$	3.055:900\$	3.548:200\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 295.)

comerciais urbanas, de compra e venda de propriedades e do setor agrícola doméstico voltado para a produção de alimentos para o mercado interno. Quanto aos depósitos, por serem uma receita temporária do Estado, pois eram pagos pelos depositantes quando havia leis que assim determinavam, eles seguiram na razão direta das rendas arrecadadas.¹⁸

Como a principal renda do Império procedia dos direitos da alfândega, numa relação direta com o movimento transacional das importações e exportações, convém examinar o próximo quadro comparativo dos valores oficiais das importações e exportações diretas do Império do Brasil¹⁹ relativos aos exercícios de 1834-1835 a 1863-64.

Os dados da tabela expostos na próxima página, com referência aos seus valores, mostram que tanto o comércio de importação quanto o de exportação do Império do Brasil tiveram um aumento progressivo. O aumento dos valores das importações no último exercício de 1863-64 sobre os do primeiro de 1834-35 na importância de 71.469:200\$ significou um aumento de 167,53% e um progresso constante na média razão anual de 5,76%. As importações começaram a operar com um maior desenvolvimento no exercício de 1850-51 e foram aumentando até 1857-58, ano da maior soma de valores importados durante os trinta exercícios descritos acima. No ano seguinte, no exercício de 1858-59, houve uma pequena diminuição, e muito menores sendo as importações de 1859-1860, as quais tornaram a elevar-se no exercício de 1860-61, para baixarem nos dois exercícios seguintes, tendo grande incremento no exercício de 1863-64. O sempre bem avisado Sebastião Ferreira Soares, explicava da seguinte maneira essas oscilações nos valores das importações:

“O progressivo augmento dos valores importados desde 1850-1851 até 1857-1858

teve por origem tres factos principaes: 1ª A cessação do immoral commercio de escravatura africana em 1850, o que fez com que os capitaes empregados nesse nefando trafico fossem applicados a outros ramos licitos de commercio; 2ª A organização de diversas empresas industriaes que se começou a tentar de 1852 em diante, algumas das quaes forão levadas a effeito; 3ª Finalmente, porque a facilidade do credito nas principaes praças commerciaes do Imperio, e em maior escala no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco deu impulso a transacções de maiores valores; sobrevindo porém, a crise de 1857, e sabendo-se de seus effeitos no Rio de Janeiro em fins desse ano, começou a retracção dos negociantes cautelosos nas suas vendas a credito, enquanto observavão os resultados dessa crise, que felizmente pouco influio sobre as praças commerciaes do Brasil.”²⁰

O aumento que se observou nos valores importados relativos ao exercício de 1860-1861 era uma consequência da publicação da tarifa de 3 de novembro de 1860, a qual ao conceder um prazo de 60 dias para a retirada das mercadorias armazenadas pelas taxas da tarifa anterior, resultou uma retirada rápida e crescida das importações e avultou os depósitos das mercadorias alfandegadas. Não procedia, portanto, de um maior número de mercadorias importadas neste exercício, mas da saída delas dos depósitos das nossas alfândegas. Desta forma, parece que durante o exercício de 1860-1861 o volume das importações foi muito mais elevado quando comparado com os exercícios anteriores, quando na realidade o contrário aconteceu.

⁽¹⁸⁾ Regra geral, o maior volume dos depósitos era proveniente dos efetuados nas alfândegas do Império em caução dos direitos de consumo, e das multas contestadas (e estas quase sempre se saldavam dentro do exercício em que eram realizadas).

⁽¹⁹⁾ Além das importações e exportações diretas, também havia entre as províncias o comércio de cabotagem e interior que constavam de mercadorias nacionais e estrangeiras. Comparando o valor do comércio de cabotagem com o do interior, teremos que, em referência ao exercício de 1854-55, enquanto a cabotagem movimentou 49.772:000\$, o comércio interior girou 14.200:000\$; e, no exercício de 1863-64, a cabotagem estava para o comércio interior, como 100.702:000\$/17.500:000\$. Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística...*, Tomo I, p. 96.

⁽²⁰⁾ Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística ...*, Tomo I, pp. 125-7.

Exercícios	Importação	Exportação	Balança Comercial: Desfavorável	Balança Comercial: Favorável
1834-1835	36.577:000\$	32.999:000\$	3.578:000\$	
1835-1836	41.196:000\$	41.442:000\$		246:000\$
1836-1837	45.320:000\$	34.183:000\$	11.137:000\$	
1837-1838	40.757:000\$	33.511:000\$	7.246:000\$	
1838-1839	49.446:000\$	41.442:000\$	7.848:000\$	
Média	42.659:200\$	36.746:600\$	5.912:000\$	
1839-1840	52.359:000\$	43.192:000\$	9.167:000\$	
1840-1841	57.727:000\$	41.672:000\$	16.055:000\$	
1841-1842	56.041:000\$	39.084:000\$	16.957:000\$	
1842-1843	50.639:000\$	41.040:000\$	9.599:000\$	
1843-1844	55.289:000\$	43.800:000\$	11.489:000\$	
Média	54.411:000\$	41.757:600\$	12.653:400\$	
1844-1845	55.228:000\$	47.054:000\$	8.174:000\$	
1845-1846	52.194:000\$	53.630:000\$		1.436:000\$
1846-1847	55.740:000\$	52.450:000\$	3.290:000\$	
1847-1848	47.350:000\$	57.926:000\$		10.576:000\$
1848-1849	51.570:000\$	56.290:000\$		4.720:000\$
Média	52.416:000\$	53.470:000\$		1.054:000\$
1849-1850	59.165:000\$	55.032:000\$	4.137:000\$	
1850-1851	76.918:000\$	67.788:000\$	9.130:000\$	
1851-1852	92.860:000\$	66.640:000\$	26.220:000\$	
1852-1853	87.332:000\$	73.645:000\$	13.687:000\$	
1853-1854	85.839:000\$	76.843:000\$	8.996:000\$	
Média	80.422:800\$	67.989:000\$	12.433:200\$	
1854-1855	85.171:000\$	90.699:000\$		5.528:000\$
1855-1856	92.779:000\$	94.432:000\$		1.653:000\$
1856-1857	125.227:000\$	114.457:000\$	10.770:000\$	
1857-1858	130.264:000\$	96.200:000\$	34.064:000\$	
1858-1859	127.268:000\$	106.782:000\$	20.486:000\$	
Média	112.141:800\$	100.514:000\$	11.627:800\$	
1859-1860	113.028:000\$	112.958:000\$	70:000\$	
1860-1861	123.720:000\$	123.171:000\$	549:000\$	
1861-1862	110.531:000\$	120.720:000\$		10.189:000\$
1862-1863	99.163:000\$	122.480:000\$		23.317:000\$
1863-1864	124.200:000\$	130.565:000\$		6.365:000\$
Média	114.128:400\$	121.978:800\$		7.850:400\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 152.)

O decrescimento constante dos valores das importações nos exercícios que seguiram ao de 1860 a 1861 até o de 1862 a 1863 originou-se principalmente do estado de dúvida em que se achava o comércio em referência às leis do crédito bancário, desde que foi apresentado o projeto para a reforma dos bancos na Câmara dos deputados pelo ministro da Fazenda Conselheiro Salles Torres Homem, cujo projeto, não tendo sido aprovado na mesma Câmara, deu em resultado a sua retirada do ministério, sendo nela substituído pelo Sr. conselheiro Ferraz, que insistiu na reforma bancária, a qual então foi votada, e produziu a lei de 22 de agosto de 1860, que fez desaparecer o estado de dúvida comercial, e firmou as transações a crédito nas nossas praças mercantis. Firmada a lei bancária, e determinada a conversão dos bilhetes dos bancos em ouro, as transações comerciais tornaram a entrar na ordem normal. Porém, foi somente depois de dois anos da publicação daquela lei que as transações chegaram ao seu

estado anterior, tempo este gasto para liquidar as transações anteriores à sua promulgação.

Quanto às exportações, no espaço de 30 anos, contados de 1834-35 até 1863-64, houve um aumento de valores na razão de 232,24%, o qual se traduz em um crescimento constante na razão média anual de 8%. Como as exportações se referiam quase por completo aos produtos agrícolas – café, açúcar e aguardente, algodão, couro, fumo, borracha, mate, cacau –, as pequenas intermitências que se observam em alguns dos exercícios comparados eram consequência da influência das estações mais ou menos regulares sobre as colheitas no país, ou da diminuição dos valores desses produtos no mercado durante aqueles 30 anos. Mas em termos médios dos quinquênios, quando comparados entre si, verifica-se sempre aumentos e não decréscimos de valores. Uma sinopse dos principais produtos do Brasil exportados, por suas quantidades e valores nos exercícios de 1854-1855 e 1863-64, segue abaixo:

Gêneros	Unidades	Quantidades (1854-55)	Valores (1854-1855)	Quantidades (1863-1864)	Valores (1863-1864)
Aguardente	Canadas	3.689.614	1.300:000\$	1.736.950	645:000\$
Algodão em rama	Arrobas	887.177	4.686:000\$	1.338.200	29.293:000\$
Açúcar	Arrobas	8.193.137	16.679:000\$	7.919.976	19.893:000\$
Cacau	Arrobas	147.901	419:000\$	234.633	1.133:000\$
Café	Arrobas	8.698.036	18.491:000\$	8.172.233	54.131:000\$
Castanhas	Alqueires	45.000	150:000\$	55.437	197:000\$
Couros em cabelo	Arrobas	955.885	5.810:000\$	1.464.486	7.604:000\$
Diamantes	Oitavas	9.571	3.738:000\$	10.255	4.129:000\$
Farinha de mandioca	Aqueires	95.505	202:000\$	86.711	100:000\$
Fumo em folha e corda	Arrobas	681.230	2.028:000\$	897.313	3.476:000\$
Goma elástica	Arrobas	195.285	2.830:000\$	232.288	3.695:000\$
Erva mate	Arrobas	406.682	857:000\$	614.602	1.274:000\$
Ouro em pó e barra	Oitavas	63.428	257:000\$	31.898	114:000\$
			87.447:000\$		125.693:000\$
Diversos artigos			3.252:000\$		4.872:000\$
			90.699:000\$		130.565:000\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 104.)

Observa-se que a aguardente, o açúcar e o café experimentaram alguma diferença para menos nas quantidades do exercício de 1863-64, ao mesmo passo que muito aumentaram os seus valores. A diminuição da exportação da aguardente de cana pode ser explicada pelos pesados impostos implementados pela administração pública com o fim principal de diminuir a sua fabricação e aumentar a do açúcar, pois enquanto este produto encontrava maior consumo nos mercados estrangeiros, a aguardente de cana, assim que cessou o tráfico da escravatura da África, baixou muito de preço no mercado, sofrendo uma depreciação de 40 a 50%. Mesmo assim houve uma diminuição da exportação do açúcar, porque verificava-se na província de São Paulo e no município de Campos (RJ), até então os lugares mais açucareiros do sul do Império, que a cultura da cana de açúcar foi em grande parte abandonada pela do café. Quanto a este produto, a despeito da diminuição verificada no último exercício de 1863-64 com relação ao exercício de 1854-55, o aumento do valor de exportação evidenciava que os seus cultivadores tinham melhorado a sua preparação, resultando obter o café brasileiro preços mais altos nas praças comerciais em que era exposto à venda.

Dos produtos exportados nos exercícios de 1854-1855 e 1863-64, o maior aumento

aconteceu com o algodão, que teve a sua quantidade elevada em quase 50%, bem como o seu valor subiu ao sêxtuplo do que tinha no exercício de 1854-55. A par do progresso da cultura do algodão, o preço deste produto foi muito elevado no mercado pela falta que sentiram os mercados consumidores do algodão dos Estados Unidos, haja visto que o maior produtor de algodão do mundo estava impossibilitado pela Guerra Civil de exportá-lo.

Não obstante, afóra os últimos exercícios de 1862-64, em que a balança comercial nos foi favorável em 39.871:000\$000, na comparação relativa aos exercícios de 1834-35 a 1863-64, ocorreu um déficit de 33.722:000\$000, conforme pode ser verificado no quadro abaixo do balanço dos saldos das importações e exportações pelos quinquênios em referência aos valores médios.

Nesse espaço de 30 anos, as 20 províncias do Império concorriam todas para o cofre geral do Estado na proporção dos impostos gerais que arrecadavam, os quais se realizavam na razão direta do desenvolvimento comercial e produtivo a que cada uma delas havia atingido até então. Mas as despesas não seguiam a mesma determinação encontrada na arrecadação, pois elas eram efetuadas conforme as necessidades públicas de cada parte do Império e conforme a precisão de cada um dos ministérios.

Exercícios (quinquênio)	Saldos contra (em réis)	Saldos a favor (em réis)
De 1834-35 a 1838-39	5.912:000\$	— — — — —
De 1839-40 a 1843-44	12.653:400\$	— — — — —
De 1849-50 a 1853-54	— — — — —	1.054:000\$
De 1854-55 a 1858-59	11.627:800\$	— — — — —
De 1859-60 a 1863-64	— — — — —	7.850:400\$
		Total: 8.904:400\$
Saldo contra a exportação no Fim dos 30 anos		33.722:000\$
	Total: 42.626:400\$	
Déficit anual	1.124:660\$	

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 154.)

Conforme demonstra o quadro abaixo, no quinquênio de 1859-60 a 1863-64, a participação das somas arrecadadas por cada província com relação à arrecadação geral do Império nesse período foram as que se encontram abaixo.

Nota-se, mais uma vez, que as divisas do Império provinham do comércio de exportação e importação, a atividade mais importante do Império. Tanto era assim que, se separarmos as províncias do Império em províncias marítimas (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará, São Paulo, Alagoas, Paraíba, Ceará, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo) e

centrais (Mato Grosso, Amazonas, Goiás, Minas Gerais), ficará evidente a superior arrecadação das províncias marítimas – com exceção de Minas Gerais.

Observa-se, também, que a província do Rio de Janeiro (juntamente com a cidade do Rio de Janeiro) concorria com 54,45% da renda geral do Império. No entanto, caso atente-se que a importação de grande parte das mercadorias estrangeiras consumidas nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás era efetuada pela alfândega da Corte, verificar-se-á que a sua renda própria não excedia de 45,85%,

Províncias	Termo médio das rendas	Razão por % para o total das Rendas gerais
Rio de Janeiro e município	26.914:000\$	54,45%
Pernambuco	6.066:000\$	12,27%
Bahia	5.771:000\$	11,68%
Rio Grande do Sul	2.889:000\$	5,84%
Pará	1.823:000\$	3,71%
Maranhão	1.535:000\$	3,10%
São Paulo	1.458:000\$	2,95%
Ceará	617:000\$	1,24%
Minas Gerais	585:000\$	1,18%
Alagoas	365:000\$	0,74%
Paraíba	351:000\$	0,71%
Paraná	202:000\$	0,40%
Sergipe	162:000\$	0,32%
Santa Catarina	159:000\$	0,32%
Piauí	151:000\$	0,30%
Rio Grande do Norte	129:000\$	0,26%
Mato Grosso	118:000\$	0,23%
Espírito Santo	66:000\$	0,13%
Goiás	21:000\$	0,04%
Amazonas	17:000\$	0,03%
Total	49.402:000\$	100,00%

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 300.)

cuja diferença de 8,60% deve ser distribuída pelas províncias designadas – elevando-se a razão com que concorriam aquelas províncias para a renda geral. Tal observação sobre o Rio de Janeiro, também se dava, em referência às províncias do norte, como a Bahia e Pernambuco.

Já na década de 1850, a quantidade do café produzida na província do Rio de Janeiro somava em mais de 3/4 partes de todo o café do Brasil. Foi através do café que a economia brasileira se articulou ao mundo da Revolução Industrial, ao constituí-lo em um bem-salário, “*que em 1850 era o quarto item do comércio mundial*”.²¹

Tão grande navegação resultava do seu porto que só o comércio da capital do Império e província do Rio de Janeiro produzia um rendimento para o cofre geral do Estado maior que 20.000:000\$ anualmente, do qual, deduzida a quota correspondente ao consumo de outras províncias, que ao mercado desta vinham fornecer-se do necessário, ficava-lhe uma renda própria, proveniente de seu comércio e indústria que se computava em 32,26% para o todo da arrecadação geral do Império; e conseguintemente concorria esta província quase que com 1/3 da renda pública.²²

No período de 1850 a 1886, o percentual das rendas alfandegárias cobradas no porto da cidade do Rio de Janeiro sobre o total da receita do estado brasileiro oscilou entre 31% e 51%; e o percentual do total das rendas alfandegárias

em relação à receita geral ficou entre 68% e 91%, como pode ser visto no quadro da próxima página.

Em suma, dessa pequena digressão sobre as divisas e os gastos verifica-se que, em sua máxima parte, as rendas gerais do estado imperial procediam da atividade comercial, sobretudo dos impostos aduaneiros. Assim, o progresso ou a decadência da renda do estado imperial estava diretamente relacionado com a maior ou menor arrecadação das alfândegas; em que o valor da tributação sobre as importações era superior ao realizado sobre as exportações de produtos exclusivamente agrícolas. E somente o porto da cidade do Rio de Janeiro concentrava, em média, 1/3 de toda a renda fiscal do estado brasileiro.

A prosperidade comercial e o aumento da renda das alfândegas favoreciam sobremaneira a vida urbana – notadamente o comércio interno, o crédito e a importação da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, observadores da época revelavam que se de um lado a importação exagerada de produtos manufaturados geravam um aumento dos impostos aduaneiros, de outro deixavam sentir que o aumento da renda nem sempre representava um aumento real da produção do país. Conforme esclarecia Manoel Joaquim Alves:

“É um erro tomar por barometro da prosperidade do paiz a receita das Alfandegas; ella satisfaz o Thesouro, não ha duvida; mas a missão do Thesouro

⁽²¹⁾ Carlos LESSA, “O parto sem dor do Estado Nacional Brasileiro, e com muita dor, da economia nacional”, in José Luís FIORI (org.), *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, pp. 245-268. (cit. pp. 265-6.) A contribuição do Brasil na produção mundial de café apresentava o seguinte percentual com relação à produção mundial da década de 1820 até os anos finais do século XIX:

Período	Percentual brasileiro na produção mundial de café
1820-1829	18,18%
1830-1839	29,70%
1840-1849	40,00%
1850-1859	52,09%
1860-1869	49,07%
1870-1879	49,09%
1880-1889	56,63%
1890-1894	59,70%
1895-1899	66,68%

(Fonte: Hans Scherrer, “Die Kaffeewalorisation und Valorisationsversuche in andaren Welthandelsartikeln”, *Weltwirtschaftliches Archiv*, p. 358, 1919, vol. 14. Apud: J. F. NORMANO, *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 54).

⁽²²⁾ As informações e números estão em Sebastião Ferreira Soares, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e corestia dos generos alimentícios no Império do Brazil*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. de J. Villeneuve e Comp., 1960, pp. 204 e 206.

Anos	% das rendas alfandegárias cobradas no Rio de Janeiro sobre o total da receita do Brasil	% do total das rendas alfandegárias sobre o total da receita do Brasil	Anos	% das rendas alfandegárias cobradas no Rio de Janeiro sobre o total da receita do Brasil	% do total das rendas alfandegárias sobre o total da receita do Brasil
1850/1851	41	82	1868/1869	33	73
1851/1852	47	84	1869/1870	32	74
1852/1853	45	82	1870/1871	34	71
1853/1854	39	80	1871/1872	34	75
1854/1855	43	79	1872/1873	35	73
1855/1856	41	79	1873/1874	39	73
1856/1857	41	81	1874/1875	40	72
1857/1858	39	79	1875/1876	40	72
1858/1859	39	78	1876/1877	39	72
1859/1860	40	75	1877/1878	36	68
1860/1861	44	75	1878/1879	38	70
1861/1862	38	76	1879/1880	35	70
1862/1863	35	74	1880/1881	34	70
1863/1864	34	73	1881/1882	31	71
1864/1865	34	78	1882/1883	32	70
1865/1866	35	76	1883/1884	31	72
1866/1867	51	91	1884/1885	33	69
1867/1868	35	72	1885/1886	36	73

(Fonte: Amaro CAVALCANTI, *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 330.)

limita-se a arrecadar o imposto e a distribuil-o pelas verbas da despeza votada pelos poderes competentes, e o que deseja é os fundos; não cura de saber se elles provém de fonte, que possa exhaurir e arruinar o paiz. Os homens de estado, um Ministro da Fazenda, os pensadores em fim, devem alongar mais as suas vistas e não se limitarem á comparação das cifras da despeza com a receita para procurar meios de equilibrar-a; devem attender a esse elemento, que olhado superficialmente, parece prosperidade, mas que é origem de ruina – o rendimento das Alfandegas.

Basta lançar os olhos para essas esquadras de vapores, que continuamente visitam os nossos portos, abarrotados com os productos da industria de outros povos; a carga de um destes vapores, o de Liverpool, por exemplo, deixa sempre para o Thesouro pelos direitos de importação muitos centos de contos de réis; porém não será digno de profunda meditação e estudo o modo, por que o paiz paga o valor desses carregamentos aos exportadores ou productores do paiz, d'onde elles vieram? Quem não sabe que, regressando para a Europa, todos esses vapores ainda, que

abarrotados, como alguns vão (e muitos voltam vazios) com productos de nossa agricultura, tres carregamentos não chegam para pagar o valor de um importado, guardada a igualdade de lotação? É este desequilíbrio o escolho, onde naufragam todas as theorias da circulação monetaria em metal, que tem preoccupado o espirito de altas capacidades do paiz; é desequilíbrio, em fim, que originou a divida do commercio á Europa, que progride, e que, emquanto existir, ha de nullificar todos os calculos, todas as medidas, leis e disposições, que se tem promulgado e possam promulgar com o fim de chamar ouro ao paiz para girar como moeda corrente... Sómente o augmento da producção poderá equilibrar a balança do commercio, devendo por tanto, todos os estudos encaminhar-se para esse augmento.”²³

Observem que, para Manoel Joaquim Alves, promover com toda a eficácia os meios para aumentar a força produtiva do país significava melhorar o estado da primeira e vital indústria, ou seja, a produção agrícola. Não se propugnava, aqui, desenvolver a indústria manufatureira nacional, pois que ela não tinha forças para lutar com a produção estrangeira. Não está dito ali com todas as letras, mas era claro, para a época, que a prosperidade, fosse da agricultura ou da empresa industrial, só aconteceria pelo influxo estatal. Para o conservador José de Alencar, esse influxo poderoso tinha um preço político bem alto: as subvenções vinham acompanhadas de tutela, com o poder estatal invadindo tudo. Em sua análise:

“Depois de absorver pela centralização a vida política e administrativa das localidades, elle [o poder] começou a lançar as raizes do enorme polipo pelo campo das relações civis.

Monopolisou o credito; avassallou o commercio; subvencionou a industria; e domina até as profissões liberaes pelos privilegios que reparte entre os seus favoritos. O ministerio da agricultura creou duas novas classes: os advogados administrativos e os litteratos imperiaes.

Restava porém a agricultura. Em todos os tempos e em todas as nações, sempre essa classe distinguu-se pela sua independencia e isenção, como por seus principios de ordem e moralidade.

Em nosso paiz era ella talvez a base única de uma resistencia legal e pacifica, mas perseverante e energica, ás invasões do poder. Com sua costumada sagacidade a corôa viu o perigo, e encampou tambem a industria rural.

Creou-se uma agricultura official.

Eis o único sentido e o efeito único da lei chamada de auxilios á lavoura, a qual, si ainda não produziu todos os males de que veio pejada, é porque o mercado monetario de Londres retrahiu-se, espantado ante a nossa prodigalidade.

Quando, porém, cada provincia, ou cada municipio, tiver o seu engenho e fazenda central, subvencionados pelo governo; a machina administrativa ficará montada; e as lavouras serão, como as outras empresas, meras secções do ministerio das Obras Publicas.”²⁴

Já o liberal Tito Franco D’Almeida, ao considerar o Estado o senhor da prosperidade, sintetizava:

“Actualmente, o governo exerce todas as profissões!

É alfaiate, sapateiro, machinista...

É criador de gado e lavrador...

⁽²³⁾ Citado em João Cardoso de MENEZES e SOUZA, *op cit*, pp. 192-3.

⁽²⁴⁾ José de ALENCAR, “A agricultura”, *O Protesto: jornal de Três*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, *apud* José de Alencar, *com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, 1922, p. 254. Por lei de 6 de novembro de 1875 foram os engenhos centrais para a fabricação de açúcar de cana, aguardente e outros produtos autorizados, pelo governo, a garantir juro pelos capitais neles empregados.

É proprietário de casas e terrenos...

*É negociante, é especulador, é empregario, é tudo.*²⁵

O giro da economia no Segundo Reinado estava enredado pela dinâmica patrimonial. O Estado, ou melhor, o Tesouro, de mãos dadas com o dinheiro, tornou-se capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse sua empresa. Estava, então, em funcionamento, a dominação patrimonial – conforme primeiro a identificou Raymundo Faoro.²⁶ Nesta dinâmica, caberia ao Estado velar e prover concessões com garantias de juros, eliminando da empresa industrial o risco, com proteções alfandegárias, emissões de papel-moeda e a decretação do curso forçado para conjurar as crises, conceder patentes e privilégios, proteger os pobres trabalhadores dos “*que se locupletam com o alheio suor, fazendo do trabalho de seu semelhante uma renda própria de capital*”,²⁷ além de manter o empreguismo público. Fruto da centralização política²⁸, a *burocracia imperial* - escreveu em 1877 Tito Franco d’Almeida -

“O funcionalismo é grande cancro, que devora o nosso orçamento.

Outr’ora procurava-se empregados para os serviços; hoje decreta-se serviços para accommodar empregados!

Hontem, simplificava-se o serviço para redusir o pessoal; hoje complica-se o mesmo serviço para multiplicar o pessoal!

Antigamente a administração dominava o funcionalismo; actualmennte este domina aquella.

No passado o pessoal, escolhido pelo merito real, era auxiliar do governo; hoje é o seu tormento, e da sociedade inteira.

As repartições publicas estam pejudadas de empregados, que em numero extraordinario nem trabalham, nem sabem trabalhar, nem deixam trabalhar.

As maiores apresentam o aspecto ou de feiras, em que todos mercam, ou de salões de reunião, em que todos podem ir conversar.

Umam semelham colmêas de vespas com seu zumbido infernal.

Outras – o retiro do tedio, da inercia, da indifferença.

A maior parte das repartições publicas são verdadeiras casas de socorro, em que, á titulo de serviços negativos, a clientella administrativa e afillhadagem politica procuram tornar-se pensionistas do estado.

Para co-honestar o progressivo augmento do funccionalismo allega-se, por exemplo, que o augmento da receita exige o dos gastos na arredação, principio este

⁽²⁵⁾ Tito FRANCO D’ALMEIDA, *op. cit.*, p. 169.

⁽²⁶⁾ A análise de Raymundo FAORO do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo começa com *Os Donos do Poder* (quer na 1ª ed. de 1958, quer nas versões que seguem a 2ª ed. de 1975.) Mais recentemente, Faoro escreveu que o “*patrimonialismo não se mede apenas pela extensão. Tem a profundidade coincidente com a história brasileira, nesta incluída a sua origem ibérica. Ele vai desde a monarquia patrimonial, que encontra, na dinastia de Avis (século XIV), sua vocação marítima, até os planos financeiros das décadas de 80 e 90 deste século [20]. Em todos os momentos, o poder público dispõe da riqueza, da propriedade e dos bens particulares, como se não pertencessem aos particulares, mas a eles estivessem revogavelmente confiados.*” Raymundo FAORO, “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”, *Revista USP*, nº 17, mar./abr./mai. 1993, pp.14-29.

⁽²⁷⁾ Octaviano Hudson, “Os artistas no Brazil”, *Tribuna Artistica*. Rio de Janeiro, 3 dez. 1871, p. 2. Ainda para o compositor tipográfico Octaviano Hudson, era do governo que deveria partir a iniciativa de remunerar melhor os proletários. “*Senhores do governo, a protecção dada ás classes menos acolhidas da fortuna é o incentivo, não só para augmento da riqueza publica, como tambem para que essas classes tenham amor ao trabalho./ Augmentando os salarios dos artistas e do povo levantando o imposto pessoal, evitaremos a miseria, creando, em seu lugar, fontes de riqueza publica.*” “Os artistas no Brazil. Typographia Nacional”, *Tribuna Artistica*. Rio de Janeiro, 17 dez. 1871, p.2.

⁽²⁸⁾ Os estudos de José Murilo de CARVALHO (*A Construção da ordem, op. cit.*, pp. 177 e segs.) e de Fernando URICOCHEA (*O minotauro imperial*. São Paulo, Difel, 1977, p. 282.) demonstraram que a centralização administrativa foi um fenômeno crescente no Segundo Reinado.

completamente falso como provam todas as grandes explorações industriaes.

*A situação não pôde continuar por forma alguma.*²⁹

O crescimento dos empregados públicos fez com que eles exercessem influência política. A distribuição dos eleitores do Município Neutro em 1881³⁰ mostra bem qual era a representação dos empregados públicos. Dos 5.928 eleitores que representavam a capital do país, havia 2.211 empregados públicos, civis ou militares, 1.076 negociantes ou empregados do comércio, 516 proprietários, 398 médicos, 211 advogados, 207 engenheiros, 179 professores, 145 farmacêuticos, 236 operários, dividindo-se o resto por diversas profissões, como clérigos (76), guarda-livros (58), despachantes (56), solicitadores (27) etc.³¹

Era a impotência do mercado de criar postos de trabalho para absorver o crescente número de homens proletarizados que fazia emergir com toda força a política clientelista, com o constrangimento do eleitor sendo açodado à medida que se aproximavam as eleições. O

mecanismo de cooptação, em um centro urbano, era satirizado pelo povo carioca:

*“Chapéu na mão, no botequim, na praça,
Offegante e possesso cabalista,
Um grupo apenas fulminou co’ a vista,
Ao branco oscula a mão, ao preto abraça,*

*‘Avante! ...’ á turba exclama que o
congraca,*

*‘Se votardes, patricios, nesta lista,
‘Deputado tereis, que vos assista*

‘Com casa, carne e pão, - tudo de graça!’

‘Seja eleito quem tudo nos garante!’

*O povo brada, ferve o páo, e nisto
Triumphá, e fa-lo alfim REPRESENTANTE.*

Ao deputado então – ‘fiquei malquisto,

‘Tenho fome, estou nú’, - diz o votante,

*‘Não me lembro (diz elle) de o ter visto!’.*³²

O mecanismo de cooptação política realizado pelo estamento³³ funcionava porque

⁽³⁰⁾ Tito FRANCO D’ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 172-3. (Os destaques são do original.) Em 1885, o editorial do *Jornal do Commercio* denunciava que, ao invés de resolver os problemas mais prementes para o bom andamento de administração pública, a Câmara dos Deputados dissipava boa parte dos seus esforços e tempo para resolver as “licenças a funcionarios publicos, julgando-se os autores de numerosos pedidos desta natureza na obrigação de os justificarem pela allegação dos motivos que os fundamentão. Isto é incrível. Tudo é preterido por amor das licenças e isto ocorre quando o governo tem competencia para as conceder até seis mezes com ordenado e por mais outro semestre sem elle.” “Licenças a empregados publicos”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 9 ago. 1885, p.1.

⁽³¹⁾ Em sua análise sobre a reforma eleitoral de 1881, que extinguiu o sistema de dois turnos, instituindo a eleição direta casada com aumento do censo para eleitor, Richard GRAHAM (*Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, 239-268.) interpreta a mudança como resultado da pressão dos setores urbanos que reclamavam do poder excessivo dos chefes rurais, escorados em eleitorado pobre e ignorante, e dos próprios plantadores, que, ameaçados de desordem pelas leis abolicionistas, teriam preferido aumentar a influência das elites letradas e excluir os homens livres, em especial os libertos, das decisões políticas. Até a lei eleitoral de 1881, o liberto (escravo emancipado) votava nas eleições paroquiais para a designação dos eleitores que nomeavam os deputados e senadores. De acordo com a Constituição do império, eles não podiam ser eleitor, nem deputado e senador, mas concorriam com o quaisquer brasileiros na eleição dos juizes de paz e dos membros das câmaras municipais, que eram eleitos diretamente por todos os cidadãos alistados nas paróquias.

⁽³¹⁾ *Apud*: Joaquim NABUCO, *O Abolicionismo*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, nota 1 à p. 155.

⁽³²⁾ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 9 nov. 1856, p.2. (O destaque está na fonte citada.) Neste mesmo dia, o *Jornal do Commercio* também publicava a seguinte conclamação feita pelos “Sertanejos” - moradores da vila de Barra Mansa (RJ): “(...) não podemos ser mudos espectadores quando nesta villa se apresenta alguém que, morando no Ribeirão Frio, quer a toda força impôr-se nas presentes eleições um nome por muitos titulos deitestavel; mas devemos mostrar a esse quidam que não somos carneiros, já arrematados pelo carniceiro, que a seu bel-prazer os manda ao açougue, não; somos homens e homens livres; e tendo convicção disso, como temos, havemos de mostrar-lhe que, como cidadãos, sabemos desempenhar uma das melhores prerrogativas da nossa constituição; mostremos a esse homem que não somos aquillo que lhe parecemos.”

⁽³³⁾ Por estamento, entenda-o pela definição dada por Raymundo FAORO (*Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, *op. cit.*, p.205.): “O estamento se compõe de um conjunto de convenções, que determinam um modo e um estilo de vida, certas maneiras de educação, com a auréola de prestígio secular, firmado na tradição. Tende para a apropriação do poder político, dele haurindo condições de sobrevivência, independente da base de classe.”

não havia independência econômica, sobre a qual assenta a autonomia política, deixando comprometidas as garantias necessárias ao exercício da liberdade de votar.³⁴ Em seu relato sobre o episódio *Jararaca*, o candidato Joaquim Nabuco, na oposição, conta como um eleitor não podia votar de acordo com as suas preferências:

*“Uma vez entrei na casa de um operário, empregado em um dos Arsenais, para pedir-lhe o voto. Chamava-se Jararaca, mas só tinha de terrível o nome. Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me êle; mas votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a chapa de caixão (uma cédula marcada com um nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. ‘Olhe, senhor doutor’, disse-me êle, mostrando-me quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que tratava dêles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer ... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada sôbre os buracos de um antigo canapé desmantelado: ‘Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante de uma porta, quase morrendo de fome, roída pela formigas, e hoje é mais um filho que temos!’ ‘No entanto, estou pronto a votar pelo senhor, recomeçava êle cedendo á sua tentação liberal, se o senhor me trazer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto’. Êsse foi talvez o primeiro **florianista** do país ... ‘Pode vir por telegrama ... Êle esta no engenho, nas Alagoas ... E o que êle me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer ... Telegrafe a êle ...’ ‘Não é preciso, respondi-lhe, vote como quer o Govêrno, não deixe de levar a*

sua chapa de caixão ... não arrisque à fome tôda essa gentinha que está me olhando ... Há de vir tempo em que o senhor poderá votar por mim livremente; até lá, é como se o tivesse feito, invocando a intervenção do seu protetor ...’ E saí, instando com a mulher, suplicando, com mêdo que êlle se arrependesse e fôsse votar em mim.”³⁵

Preocupado em detectar as mazelas que a escravidão fixou em nossa vida econômica, social e política, Joaquim Nabuco fez perceber que, ao longo do Segundo Reinado, a empregomania estava vinculada à economia escravista.

“O funcionalismo” – comentava em 1883 – “é o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode dizer-se, em regra, como se diz das fortunas feitas no jôgo, que não medram, nem dão felicidade. É além disso viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento. Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e segunda ordem, que resolveram o problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos, tornando-se humildes clientes da escravidão; e outra dos que resolveram pela acumulação de cargos públicos, e ter-se-ão, nessas suas listas, os nomes de quase todos êles.”³⁶

O próprio Joaquim Nabuco, quando deputado pela província de Pernambuco, era funcionário público e ganhava mensalmente do estado um conto e quinhentos mil-réis. Os seus

⁽³⁴⁾ Foi Raymundo FAORO (*Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio, op. cit.*, p. 135.) quem me chamou a atenção para a falta de independência econômica que tornava impotente qualquer reforma que pretendesse infundir autenticidade às eleições no Segundo Reinado.

⁽³⁵⁾ Joaquim NABUCO, *Minha formação*. São Paulo, IPÊ, 1949, pp. 215-6. (O destaque está na edição citada.)

⁽³⁶⁾ Joaquim NABUCO, *O Abolicionismo, op. cit.*, p. 159.

discursos em prol da emancipação do escravo³⁷ – discursos estes que iam de encontro ao que o próprio Nabuco pensava quando era deputado, já que ele havia reconhecido o direito da escravidão ao apresentar no parlamento um projeto para a emancipação dos escravos ter lugar em 1890 – e a sua campanha eleitoral na Corte para mais um mandato de deputado deixavam irado o então funcionário demitido da alfândega, Favilla Nunes. No jornal *Revolução*, numa retórica ofensiva,³⁸ o ex-funcionário escrevia:

“O sr. J. Nabuco nascido e creado na abastança, em fidalguia; eleito deputado sem ser conhecido pelos eleitores de Pernambuco; não está na condições de representar o povo, esse que soffre da tyrania dos grandes e que paga quanto imposto é preciso para augmentar o dinheiro que tem de sahir do tesouro para o bolso dos patoteiros.

O sr. J. Nabuco está acostumado a viver do imposto, a viver do luxo que lhe

*proporcionam os pingues empregos que tem usufruido, S. ex. não pode imaginar o que custa o trabalho quotidiano para o pae de familia obter subsistencia digna e honesta. S. ex., frequentador de palacios, olha para estas minudencias do povo como para couza que não lhe interessa; não sabe que no interior de um casebre há a honra de uma pobre familia protegida pelo incessante trabalho do artista, que dá quase metade do que ganha para esses impostos que sustentam a vaidade e o luxo dos que, como s. ex., já nascem predestinados á governar e á saber o caminho do thesouro, sem nunca saber o caminho da officina.”*³⁹

Inter-relacionada à cabala dos partidos e sobrecarregada de impostos, num sistema circular de causa e efeito, na economia escravista o funcionalismo público era quase a única vocação dos homens livres - ao constituir o serviço público numa profissão sobranceira

⁽³⁷⁾ Para Favilla Nunes, o trêfego Joaquim Nabuco era um “formidável impostor”. “Com que audacia andou elle a espalhar pela Europa a mentira de que elle foi quem começou no Brasil a agitação abolicionista! / É o mesmo Appollo de gesso do tempo de José de Alencar! / O sr. Joaquim Nabuco é um brasileiro sem patriotismo senão é simplesmente um insensato. Ainda elle não havia nascido já se tratava da abolição do elemento servil, e desde a decretação da Lei de 28 de Setembro de 1871 formou-se o programma da abolição, programma que tem sido executado pelo incalculavel numero de manumissões effectuadas já por sociedades para esse fim organizadas já pela philantropia dos particulares. / Ainda o sr. Nabuco não havia sido deputado feito pelo **carro de Appollo** e já a agitação abolicionista dava os melhores fructos.” “Ao sr. Joaquim Nabuco”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(7) 2 mai. 1881, p. 1. (Os destaques estão no original.) Tendo-se esgotado esta edição em que foi publicado este artigo sobre Joaquim Nabuco, o mesmo artigo foi transcrito na edição do jornal de 9 de maio de 1881. De acordo com o periódico *Revolução*, a sua tiragem era de 9 mil exemplares. Neste momento, a imprensa de “opiniões politicas **extraofficiaes** ou independentes” da Corte contava com dois diários (*Gazeta de Noticias* e *Gazeta da Tarde*) e cinco periódicos (*Patria*, *Corsario*, *Tagarella*, *Revolução* e *Combate*). Só o *Corsario* tinha uma tiragem de 25 mil exemplares. Cf. “A imprensa revolucionario [sic] no Brazil”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(2) 11 abr. 1881, p. 2. (O destaque está no original.)

⁽³⁸⁾ Para ficarmos em dois exemplos dessa retórica, há o tom empregado por Favilla Nunes para elogiar o republicano Lopes Trovão e desancar os desamigos: “No dia em que nós precisarmos de um chefe, o dr. Lopes Trovão estará na nossa frente para darmos combate, franco e leal, de frente erguida, ao canalha rei, aos safados ladrões nobres, aos corruptores da patria, desde o rei infame até o mais safado graúdo que como ministro rouba o estado para comprar fazendas para si e para os genros.” Sobre “a canalha grauda”, “dos ladrões safados e nojentos que escondem a lepra sobre as golas bordadas, quando chega-nos ao conhecimento que, altos pensionistas do estado, grandes representantes das verbas do orçamento, fazem uma propaganda hostile contra nós”, Favilla Nunes fulminava: “É para esses safados que escrevemos estas linhas. / Fiquem elles sabendo que nós não os tememos. / Nem podiamos temer, nós que somos o povo e que podemos de uma hora para outra, reduzir á um montão de ruinas todas essas miseraveis grandezas em que se refestela uma aristocracia messalina, impudica e depravada, uma nobreza prostituta, que vive concubinada com o rei, amazio de todas as prostituições hypocritas, concubino de todas as crapulas, que, em vez de pagar a sua immoralidade safada com os classicos dois mil réis da rua S. Jorge, paga com viscondados e baronatos, com patotas e verdadeiros roubos dos dinheiros publicos. / Todas as corrupções nós observamos no alto e vemos bastante ... / Vemos o rei, Bobeche sem dignidade, Lovelace canalha, comprando com o dinheiro do povo que elle nos rouba por meio de impostos, as mulheres da sua aristocracia; entra como um ratoeiro vulgar, escalando janellas, na alcova-bordel de uma condessa. / E os canalhas graúdos que nos querem mal, (com que muito ganhamos,) esses que vivem á nossa custa, entregam sem vergonha alguma a honra das esposas aos instinctos libidinosos, do rei-macaco, do rei-Tatú, do safado-môr, que é a fonte de todas as perversões, de toda as mizerias! / Nós estamos de alerta! ...” “A canlha graúda”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(9) 9 mai. 1881, p. 2.

⁽³⁹⁾ “Ao sr. Joaquim Nabuco”, *Revolução*. Rio de Janeiro, 1(5) 25 abr. 1881, p. 1.

aos imperativos sócio-econômicos de uma sociedade escravista. Assim, essa economia deixava o país

*“fechado em tôdas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam ainda de velas, e outras, em que homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar, são por falta de crédito, ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas.”*⁴⁰

Praticamente fechada a avenida para as outras profissões, cuja passagem se abria somente para o preenchimento de cargos públicos, conseqüentemente ficava aberta a porta para o aumento do déficit orçamentário⁴¹. Quanto à receita, vimos que ela se concentrava quase inteiramente numa única fonte: o imposto sobre o comércio externo (em um maior percentual de receita sobre a importação do que sobre a exportação). Esta concentração revela pelo menos duas características da estrutura econômica do país naquele período: 1º, a falta de uma base tributável, decorrência do baixo nível de renda (inclusive da incapacidade política e prática de tributar o latifúndio); 2º, a orientação para o mercado externo era uma conseqüência da própria estrutura econômica interna, em que o setor exportador mostrava-se ainda preso ao

mercantilismo, e o setor importador era dominado pelos grupos de interesse comercial, que defendiam o livre cambismo internacional e se opunham à elevação das taxas alfandegárias, impedindo o aumento da receita.

Na Corte, em que se concentrava grande parte do funcionalismo,⁴² a burocracia estatal foi sustentada pela receita pública advinda de uma economia urbana que fez confluir o setor exportador agrícola com o setor importador de bens de consumo corrente. Nesse quadro, a política alfandegária foi capaz de satisfazer os comerciantes – e favorecer o consumo das classes superiores – além de não sobrecarregar ainda mais com impostos o setor agrário exportador. Se o país vivia para exportar *commodities*, também importava de manufaturas e produtos básicos que poderiam prontamente produzir.

A força e a difusão da economia de importação existente no Brasil também contribuiu para o parco desenvolvimento manufatureiro do país nesse período, deixando conseqüentemente nãnico o mercado de trabalho para os operários nacionais e estrangeiros.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO ATRAVANCADA

Fundada em 1834, a Associação Comercial do Rio de Janeiro foi a primeira organização permanente comercial a formar um grupo de interesse que exerceu influência em todos os níveis do governo até 1900. Invisível em suas

⁽⁴⁰⁾ Joaquim NABUCO, *O Abolicionismo*, op. cit., p. 159. De acordo com José Murilo de CARVALHO (*A construção da ordem*, op. cit., p. 71.): “O problema do excesso de bacharéis gerou o fenômeno repetidas vezes mencionado na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar o caráter clientelístico da burocracia imperial.”

⁽⁴¹⁾ Em 1889, Castro CARREIRA (op. cit., pp. 615-6) registrava: “O aumento do funcionalismo é um facto que chama logo a atenção daquelle que estuda a marcha do orçamento, é um vicio de administração que em lugar de encontrar correctivo no seu máo resultado, pelo contrario progride na razão directa dos pretendentes e patronos; o funcionalismo é um cancro que devora e aniquila as forças do paiz, prejudicial, não só pelo augmento das despezas, como pela desorganização [sic] do serviço. (...) Na classe do funcionalismo figura a dos aposentados, que não pode passar despercebida pelo abuso, que se tem dado a essa garantia, que a lei reservou ao amparo do empregado inutilizado pelo serviço publico ou nelle encanecido; a verba destes funcionarios comprehendidos os reformados de mar e terra avulta por mais de 2.000:000\$, e a de pensionistas em mais de 1.500:000\$.”

⁽⁴²⁾ De acordo com José Murilo de CARVALHO (*Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2002, p. Especial-10.), ao analisar o livro de Antonio Candido, *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*, “cerca de 15% da população ocupada da corte eram funcionários públicos, um número substancial. A corte concentrava a elite política, mas era também foco de atração para todos os que queriam fazer carreira nas letras, na burocracia ou nas três coisas ao mesmo tempo, de vez que as esferas de atividades não se separavam com nitidez.”

ações, o poder dos grupos comerciais no Brasil do século XIX não teve adversário até o advento de organizações industriais a partir da década de 1880. Como escreveu Eugene Ridings sobre os grupos de interesse brasileiros do século XIX,

“(...) o poder dos grupos de interesse comercial foi subestimado tanto no passado como no presente porque seus líderes assim o quiseram. Eles queriam manter imperceptível seu sucesso em mudar o governo. Eles perceberam, assim como a maioria dos grupos de interesse, hoje, que a contínua e forte influência no governo dependia daquela influência sendo utilizada ponderada e imperceptivelmente. Além disso, as organizações que eles lideravam eram objeto de suspeita. (...) a cultura luso-brasileira tradicionalmente desconfiava dos homens de negócio e de suas organizações. Uma outra causa da suspeita da elite comercial do Brasil era que a sua maioria era estrangeira (...). As associações comerciais, freqüentemente lideradas por estrangeiros, eram particularmente passíveis de ressentimentos nacionalistas. Em geral, os líderes dos grupos de interesse comercial esperavam que a percepção pública do poder de suas organizações seria menos que sua realidade.”⁴³

Depois de 1808, com o fim das restrições mercantis portuguesas, os grupos comerciais tiveram um papel relevante tanto na integração do Brasil com os outros países da comunidade de comércio do Atlântico, como na regularização e padronização da prática comercial nacionalmente. Neste sentido, os grupos comerciais, sobretudo a Associação Comercial

do Rio de Janeiro, influenciaram na formulação e decretação do Código Comercial de 1850, que, conseqüentemente, confiou muitos poderes regulatórios às associações comerciais.⁴⁴

Os grupos comerciais também criaram leis para eles próprios, determinando o padrão das práticas comerciais, conhecidas como “usos e costumes da praça”, bem como tiveram seus tribunais próprios, com o direito de julgar as disputas comerciais. Eles ajudaram a introduzir um sistema métrico nacional e fixaram a regulamentação das profissões auxiliares de negócios (que incluíam os corretores, agentes de leilões, feitores, guarda-livros, caixeiros e trapicheiros), além de promover o comércio honesto, ao regularizar práticas de crédito e procedimentos de falências - essenciais para a padronização do comércio no Brasil e com os outros países.⁴⁵

Associada às pressões exercidas pelos grupos comerciais, e dela se alimentando, havia a estrutura colonial mercantil herdada pelo Brasil, que fazia com que o dinamismo da economia nacional dependesse da agricultura de exportação e da importação de bens transacionados no mercado brasileiro.

A força e a difusão da importação de mercadorias eram percebidas nos lugares mais recônditos do Brasil.⁴⁶ A importação não se limitava aos bens intermediários básicos (ferro, aço e produtos químicos) e aos produtos manufaturados complexos, mas incluíam mercadorias que podiam ser produzidas nacionalmente. Não por acaso, ao indagar sobre quais eram “*as causas da decadência da indústria*”⁴⁷ no Brasil, Julio P. de Castro escrevia: “*Por ventura precisará o commercio importar chapéus, roupa, trastes, calçado, ourivesaria, charutos, fumo, impressos, tinta,*

⁽⁴³⁾ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 2.

⁽⁴⁴⁾ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, pp. 284-297.

⁽⁴⁵⁾ *Idem.*

⁽⁴⁶⁾ De acordo com Eugene RIDINGS (*op. cit.*, pp. 202-3.), “*Os tijolos eram trazidos da Alemanha e o sal de Portugal. Os viajantes freqüentemente observavam a onipresença de bens de consumo europeus. Eles encontravam bebidas inglesas na região da Amazônia e no oeste da Província da Bahia, uma área distante até hoje: ‘cerveja inglesa Tennant, biscoitos Huntley and Palmer, fósforos suecos, pirético salino, medicamentos com patente americana e francesa, ‘hardware’ Birmingham e Sheffield, porcelana Staffordshire e mercadorias de Manchester’.*”

⁽⁴⁷⁾ Julio P. de CASTRO, “Indústria”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(9) 30 set. 1874, p. 3.

sabão, velas de composição, kerosene, e outros objectos de uso e consumo? Não, porcerto.”⁴⁸

Os produtores nacionais haviam percebido que não bastava somente repudiar os princípios econômicos estabelecidos por Adam Smith⁴⁹, pois, se no âmbito das idéias, as doutrinas de livre comércio, oriundas principalmente da Grã-Bretanha, reforçavam a idéia de que o papel “natural” ou mesmo “divino” do Brasil era o de exportador de produtos agrícolas e importador de produtos industrializados, no dia-a-dia, o pragmático mecanismo de “ganhar” os compradores fazia unir, no comércio varejista nacional, importadores e industriais europeus para colocarem no mercado carioca artigos de ponta da moda francesa a baixos preços:

*“Os Srs. Cesar Garnier e Ignacio Cruvelo, de mãos dadas com os manufactureiros francezes, acabão de emprehender uma cruzada contra os sapateiros nacionaes. Até agora esses senhores limitavão-se a vender por 14, 16 ou 20\$000 calças de casimira aos nossos dandys, agora vendem por igual preço calças com botas e calções com meias. A noticia que acabamos de dar precisa de explicações, e só á vista dos extravagantes córtes de calças de casimira que acabão de chegar poderá satisfazer os leitores. Mas para que o milagre seja completo, diremos que tambem há calças de pennas e calças de renda, com as quaes se pôde ir, sem offensa do pudor, á missa, ao baile, e até ao palacio da Praia Vermelha.”*⁵⁰

Mas se a “cruzada contra os sapateiros nacionaes” parecia vitoriosa aos olhos da época, o mesmo não podia ser dito da concorrência estrangeira ter conseguido diminuir os preços e melhorar a qualidade das mercadorias no mercado consumidor nacional. Com o fim de animar com direitos protetores algumas manufaturas brasileiras, como as de sapateiro,

marceneiro, alfaiate e chapeleiro, que há anos se achavam estabelecidas no país, era percebido o seguinte aspecto: logo após a entrada dos produtos importados, os consumidores nacionais não pagavam mais caro os seus produtos, pois o estrangeiro calculadamente vendia mais barato que o seu similar para poder destruir a concorrência nacional, para logo depois de vencida a concorrência impor os preços que lhes conviesse a fim de ressarcir os prejuízos e faturar mais. Aí, sim, os preços das mercadorias importadas subiam, piorando, ainda mais, a situação dos operários dispensados pelas manufaturas nacionais que fecharam as suas portas por causa dos concorrentes estrangeiros.

Para se ter uma idéia de como os concorrentes estrangeiros impunham os preços de suas mercadorias no mercado brasileiro, convém acompanhar a tabela abaixo sobre o número de fábricas e oficinas existentes na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1799 e 1865:

Oficinas existente no Rio de Janeiro	1799	1865
De ourives	59	115
Sapatarias	135	144
Marcenarias	64	118
Alfaiaterias	85	120
Chapelarias	—	82

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística*, op. cit., Tomo I, p. 271.)

Observava-se que as oficinas relativas a 1865 tinham em sua maior parte produtos estrangeiros e poucos fabricados no país, e que era comum as fábricas de 1799 empregarem às vezes mais de 100 operários, sendo rara a de 1865 que continha igual número de trabalhadores. Além disso, como o desenvolvimento das fábricas e oficinas apontadas acima não acompanhou na

⁽⁴⁸⁾ Julio P. de CASTRO, “Industria. II”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(10) 31 out. 1874, p. 4.

⁽⁴⁹⁾ De acordo com Adam Smith: “Se o estrangeiro pôde fornecer-vos um objecto por preço inferior áquelle que podemos fabricar, é preferivel comprar esse objecto com uma parte do producto da nossa propria industria.” Citado por Julio P. de CASTRO, “Industria”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro 1(9) 30 set. 1874, p. 4.

⁽⁵⁰⁾ *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 30 dez. 1853, p. 1. (O destaque é da fonte.)

mesma proporção o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro, enquanto em 1835 um par de sapatos de homem custava 2\$500 e um par de botinas 7\$000, em 1865 essas mesmas mercadorias, de qualidade inferior, apresentavam os seguintes valores: sapatos de homem, entre 5\$ e 5\$500, e as botinas entre 16\$ e 18\$000. Nesse mesmo ano de 1865, um contemporâneo afirmava a necessidade de

“animar os officios de sapateiro, marceneiro e outros que como este são indispensaveis ao homem social.

Não sou muito velho, porem, há trinta annos me lembra de ver muito maior numero de sapateiros, marceneiros e alfaiates nacionaes nesta côrte, que actualmente, e então a sua população, se tanto, orçaria por um terço da população que possuímos.

Lamento quando vejo citarem-se para modelo do nosso systema fiscal administrativo a Inglaterra e a França, e dizer-se que não devemos ter direitos protectores, porque, segundo a opinião dos economistas, é obrigado o consumidor a pagar mais caro e receber peiores objectos, que os que apresenta a concorrência; isto dito em absoluto é uma incontestavel verdade; porque é certo que a concorrência produz a melhora dos productos, e faz a sua barateza; mas como poderemos crear as industrias se as não animarmos de alguma fôrma com direitos protectores?”⁵¹

A concorrência dos produtos fabricados no país com os similares estrangeiros eram percebidos pelos anúncios publicados nos jornais que circulavam na Corte imperial. Em um desses anúncios, o italiano João Baptista Nervi, fabricante de graxa para lustrear sapatos estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, promovia e custeava a divulgação do seguinte anúncio:

“NO’S ABAIXO assignados, estabelecidos com lojas de calçado na côrte do Rio de

Janeiro, fazemos certo, e positivamente affirmamos que, tendo experimentado e escrupulosamente observado a graxa de lustro fabricada nesta cidade pelo Sr. João Baptista Nervi, italiano, estabelecido com sua fabrica na rua do Senado, em a loja da casa n. 90, achámos que ella é de uma superior qualidade, tão boa, e do mesmo effeito do que a graxa Ingleza – dos Day e Martin - ; e por essa razão ha já algum tempo que fazemos uso, de preferencia, da dita graxa de lustro do Sr. Nervi nas nossas obras: declarando outrosim que é só este senhor nos tem apresenttado até agora uma graxa aqui fabricada que se possa dizer perfeita, e que deva, por isso, merecer a preferencia do respeitavel publico, a quem a recommendamos, por ser louvavel manufactura nacional. E por ser verdade mandámos passar o presente, em que nos assignamos. [Seguem os nomes e endereços dos assinantes.]

(...) Na mesma casa da graxa acima (tanto em liquido como em massa) se fabrica tambem e vende-se cera de lustro para correames, agua de Colonia fina e superfina, e tintas para escrever, de todas as côres e qualidades, tudo por preços razoaveis, e tinta para marcar roupa.”⁵²

Quarenta anos depois, em um relatório apresentado ao Corpo Legislativo pela Comissão Parlamentar de inquérito, nomeada em sessão de 24 de outubro de 1883, sobre as condições do comércio, indústria fabril, serviço e tarifas das alfândegas existentes no país, afirmava-se que não havia no Brasil cidade, vila ou povoado onde não se encontrasse pelo menos uma oficina de carpintaria ou também de marcenaria. No entanto, era fato averiguado

“que de 1860 em diante começou esta industria a apresentar symptomas de uma phase decadente.

⁽⁵¹⁾ Sebastião Ferreira SOARES, *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, E & H. Larmer, 1865, p.99.

⁽⁵²⁾ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 de abr. 1843, p.4.

Já em 1847 poucos serão os estabelecimentos de importância que se conservarão em actividade; e alguns desta Côrte transferirão-se para a Europa, de onde, ainda hoje, nos envião seus productos mais elegantes e solidos, e que não obstante, fazem activa concorrência ás fabricas que permanecerão no paiz, visto disporem de copiosas vantagens, inclusive os direitos modicos das pautas aduaneiras.

Dos 80 estabelecimentos, mais ou menos, que ainda se encontrão nesta Côrte, raros são os que se achão montados em grande escala; a mór parte está abaixo da categoria das antigas officinas.

*É necessario, entretanto, observar que, apesar disso, não se achão completamente extinctas as tradições artisticas.*⁵³

Mesmo o país produzindo as melhores madeiras para a construção das obras de marcenaria, e ainda que na Europa do período as mobílias mais estimadas eram as fabricadas de jacarandá, vinhático, pau rosa, cetim e tartaruga, os brasileiros preferiam *érable* (que não tinha tanta resistência e duração) àquelas madeiras nacionais.

Na cidade do Rio de Janeiro e em Salvador a indústria da marcenaria poderia apresentar-se em concorrência com os produtos similares da França e da Alemanha, pois os móveis fabricados na Europa não eram mais elegantes que os manufaturados no país. Mas, pelo menos na

Corte imperial, observava-se que a maior parte das lojas, ao invés de vender obras de marcenaria nacionais punha-se a comercializar as estrangeiras. “*Desta sorte*” – observava um arguto contemporâneo – “*vai se definhando no paiz uma industria tão adiantada, e na qual grande numero de braços brasileiros erão empregados, assim capitalizando os seus productos no paiz*”.⁵⁴

A produção manufatureira brasileira sofria com a concorrência de produtos similares importados, conforme pode ser observado na tabela abaixo pelos valores médios das importações de manufaturas de marcenaria, sapataria, alfaiataria e chapelaria, nos quinquênios decorridos de 1839-1840 a 1863-1864, quando se cobravam diversas taxas aduaneiras sobre essas mercadorias estrangeiras.

No quadro abaixo, no decurso do 1º período, isto é, de 1839 a 1844, os direitos de importação de calçados, roupas, chapéus e mobílias cobravam-se nas alfândegas do Império na razão de 20%; no 2º período, de 1844 a 1849, as taxas desses mesmos gêneros foram cobrados na razão de 40%, conforme a tarifa de 12 de agosto de 1844; no 3º período, de 1849 a 1854, cobraram-se direitos de importação dessas mercadorias, de conformidade com o art. 9º § 1º da lei nº 514 de 28 de outubro de 1848 até fins de 1850, na razão de 80%; e dessa época em diante, em virtude da lei nº 586 de 6 de setembro de 1850, na razão de 40%; e, finalmente, nos 4º e 5º períodos, isto é, de 1854 a 1864, na razão de 40% se efetuou a

Quinquênios	Calçado	Roupa	Chapéus	Mobílias
1839-40 a 1843-44	625:000\$	62:000\$	523:000\$	213:000\$
1844-45 a 1848-49	346:000\$	76:000\$	363:000\$	211:000\$
1849-50 a 1853-54	329:000\$	177:000\$	976:000\$	253:000\$
1854-55 a 1858-59	1.191:000\$	990:000\$	1.647:000\$	385:000\$
1859-60 a 1863-65	1.383:000\$	1.325:000\$	1.220:000\$	412:000\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística, op. cit.*, Tomo I, p. 274.)

⁽⁵³⁾ *O Auxiliador da Industria Nacional*. Vol. 53, nº 12, dez. 1885, p. 274.

⁽⁵⁴⁾ Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística...* Tomo I, p. 273.

arrecadação dos direitos aduaneiros de importação de calçados, roupas e mobílias; e na razão de 30% sobre os chapéus. Mesmo tendo em conta o crescente fluxo importador, as diferenças dos valores da importação eram atribuídas principalmente às alterações nas tarifas alfandegárias.

O total médio do quinquênio de 1859 a 1864 dos quatro produtos apontados apresenta o valor de 4.340:000\$000, que saíam do país anualmente para o estrangeiro, e que poderiam ser capitalizados se essas indústrias fossem mais protegidas; tendo ainda em conta que os consumidores compravam essas mercadorias importadas por maiores preços do que os similares nacionais, pois o calçado, a roupa, os chapéus e as mobílias estrangeiras eram vendidos por preços muito elevados; sendo esta a consequência necessária do definhamento da indústria nacional, na qual os produtos estrangeiros, não encontravam naquele período concorrentes.

A concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros podia ser sentida nos mais diversos setores produtivos. A fabricação do sabão em branco e de vela de estearina estava nacionalizada desde meados de 1860. A companhia Luz Stearica era capaz de atender às necessidades do consumo geral (referente aos produtos: velas, sabão, oleína e glicerina), e fez reduzir os preços desses produtos pela metade quando comparados aos preços do similar importado. Mas ainda assim, para achar maior saída para as suas mercadorias, a Luz Stearica empregou rótulos estrangeiros em suas velas para ganhar a preferência do consumidor. A constatação efetuada pelos júris da Exposição Nacional de 1861 era confirmada por um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, que se exprimia nos seguintes termos:

“Com effeito para achar venda para as suas velas vio-se a companhia Luz Stearica constrangida a disfarçar-as com rotulos

*francezes! E com tudo estamos convencidos importamos mais um producto estrangeiro inferior ao producto nacional.”*⁵⁵

A produção manufatureira nacional de chapéus também sofreu uma intensa concorrência de produtos importados. No início da década de 1870, a introdução no país de chapéus de lã alemães e ingleses colocou em dificuldades financeiras muitas manufaturas chapeleiras aqui instaladas. Como esses chapéus importados chegavam aqui com preços mais baratos do que os similares nacionais e ainda possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pêlo de lebre, o seu consumo cresceu enormemente. De acordo com o Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866, a situação das manufaturas chapeleiras instaladas na Corte Imperial nesse ano era o que pode ser vista na próxima página.

Uma década depois, várias manufaturas chapeleiras fecharam suas portas. Entre 1876 e 1877, quando da crise que levou muitas manufaturas desse setor à falência, os operários afirmavam que na Corte não havia *“mais de 17 estabelecimentos a que se possa dar o titulo de fabricas de chapéos. Destas 17, 15 fabricão chapéos de lebre, castor, etc., desde o seu primordial começo até o completo acabamento (...).”*

“As duas mais que existem são fabricadas de chapéos de seda, conhecidas vulgarmente por fabricas de patente, uma das quaes pertence ao illustrado Sr. J. Alvaro de Armada & C.

*Há, porem, outros estabelecimentos que conservão o titulo de fabrica; mas hoje infelizmente não são mais que depositos de chapéos estrangeiros, que apenas empregão um outro artista, para meramente fazer concertos, prova evidente de que há extrema decadencia, e cada vez mais caminhando a industria de chapéos no Brazil.”*⁵⁶

⁽⁵⁵⁾ *Relatorio geral da Exposição Nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da CUNHA.* Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862, pp. 140-1.

⁽⁵⁶⁾ *“Os artistas chapeleiros e o contra-protesto dos commerciantes de Chapéos”. Á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional offerecem os Artistas Chapeleiros.* Rio de Janeiro, Typ. Econômica, de Machado & C., 1876, pp.4-5. (Os destaques são do original.)

Estabelecimentos	Quantidade de Chapéus produzidos de pelúcia	Quantidade de Chapéus produzidos de feltro	Quantidade De Chapéus Produzidos de fantasia e outros	Total dos Chapéus Produzidos	Valor	Número de Operários
1. Agostinho Machado & Cia	—	30.000	—	30.000	90.000\$	30
2. Armada & Guimarães	10.000	—	13.000	23.000	100.000\$	15
3. Bernardes & Raythe	—	41.000	7.000	48.000	250.000\$	65
4. Chastel & Cia	6.000	—	3.000	9.000	60.000\$	9
5. Costa Braga & Cia	3.000	60.000	6.000	69.000	300.000\$	80
6. Gonçalves Braga & Cia.	—	22.000	2.000	24.000	75.000\$	30
7. José de Araújo Motta	—	25.000	1.200	26.200	77.000\$	32
8. Machado & Dias Abreu	—	24.000	—	24.000	70.000\$	26
9. Pereira Castro & Irmãos	10.000	—	8.000	18.000	90.000\$	15
10. Braga Costa & Cia.	—	20.000	4.000	24.000	75.000\$	26
11. F. C. Borges	—	12.000	—	12.000	36.000\$	16
12. J. Siqueira	5.600	—	—	5.600	36.000\$	6
13. J. M. P. de Castro	2.200	—	3.800	6.000	40.000\$	6
14. Barcellos & Vianna	—	15.000	—	15.000	35.000\$	16
15. Brochado & Cardoso	1.200	—	1.200	2.400	15.000\$	5
16. Castro & Vianna	—	10.000	—	10.000	30.000\$	12
17. J. F. Campos Arcos	500	9.000	2.000	11.500	40.000\$	15
18. J. Lemos Pinheiro	—	16.000	—	16.000	45.000\$	18
19. M. A. M. de Mello	—	10.000	1.000	11.000	34.000\$	14
20. Roberto A. de Almeida	—	20.000	3.000	23.000	70.000\$	20

(Fonte: *Relatorio da Segunda Exposição Nacional de 1866*. Vol. II, p. 62, citado em *Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, p. 68.)

Tal situação mostrava o quanto a indústria de chapéus no Brasil caminhava para a decadência. Se outrora existiam 10 fábricas de chapéus de seda, naquele momento esse número havia sido reduzido a 2 fábricas, e estas ainda encontravam-se limitadas a ocupar pouco mais de metade do pessoal que antes empregavam. Como os direitos aduaneiros incentivavam a importação de chapéus estrangeiros, estabelecendo assim uma concorrência em preços com os chapéus nacionais, sobretudo com a indústria nacional de chapéus de seda e de castor, isso

fez com que este ramo da indústria nacional entrasse em franca decadência e tivesse muitos de seus estabelecimentos fechados, pois seus altos custos produtivos não lhe propiciaram vencer no mercado a concorrência exercida pelo produto importado. Em consequência, muitos operários chapeleiros perdem seus empregos. Conforme informavam os próprios “artistas chapeleiros”,

“o artista que não encontra nella [indústria de chapéus] o meio de sustentar-se têm-se

*valido até de uma carroça ou de um sexto, tornando-se o que se chama ganhadores; outros tem recorrido á empresa Gary, outros a empregos de bonds, etc. etc.*⁵⁷

Quanto às 15 fábricas de chapéus de lebres existentes no Rio de Janeiro, elas eram bem montadas, com bom pessoal (um pouco mais de 500 operários) e maquinismo o mais aperfeiçoado para a época. As de maior escala, empregando de 50 a 80 operários, preparavam diariamente, com o auxílio das máquinas, de 1.000 a 1.400 chapéus; e as de menor escala conseguiam aprontar 200 chapéus por dia, sem a menor dificuldade.

Em 1877, a maior fábrica de sapatos dava empregos a 100 operários, que produziam botinas com maquinário a vapor e manipulavam objetos de couro para o serviço militar. Mesmo assim, no *Auxiliador da Industria Nacional* informava-se que esse estabelecimento do Sr. Cathiard

*“tem sempre lutado para poder sustentar-se (...). Esta industria, pois, apesar de ser uma das mais bem estabelecidas no Brazil, não póde ainda dispensar a protecção, porque o elemento estrangeiro lhe faz concorrência muito prejudicial: entretanto a comissão revisora de 1875 entendeu dever abaixar os direitos de sorte que as botinas até 22 c/m, que pagavão 600 réis o par, pagão hoje [1877] 500 réis; as de mais de 22 c/m, que pagavão 1\$800 réis, pagão hoje 1\$600 réis; os sapatos até 22 c/m, que pagavão 400 réis, pagão 360 réis, e os demais de 22 c/m de 800 réis passárão a pagar 700 réis; e assim outros.”*⁵⁸

Era idéia partilhada por muitos de que dificilmente podia progredir a indústria de calçados em consequência da insignificância dos direitos aduaneiros. No exercício de 1878-9, por exemplo, os direitos de entrada sobre 1.364.276 pares de calçados, importados pelo

porto do Rio de Janeiro, foram de 892:201\$ ou 630 réis por par. Unicamente 25% dos couros, peles e solas que se empregavam na fabricação eram de produção nacional. Reclamava-se no período que a indústria do curtume não podia progredir, desde que a principal aplicação que poderiam ter seus produtos era restringida pela facilidade concedida à importação do calçado estrangeiro.

Nesse momento, a tarifa alfandegária protetora era a condição *sine qua non* para promover o desenvolvimento industrial. A substituição da importação através de tarifas era uma ajuda básica que deveria ser promovida pelo Estado. Por causa desse papel central do Estado no desenvolvimento industrial, as fortes prerrogativas na ajuda oficial para a indústria apreciada pelos grupos de interesses de negócios são relevantes para o entendimento das opções seguidas pelos líderes do governo sobre se o desenvolvimento industrial era desejável ou até possível.

Até o surgimento de grupos representando os fabricantes, todos os grupos de interesse de negócio foram contra a industrialização. “É claro” – escreveu Eugene Ridings sobre a resistência à industrialização da maioria das associações comerciais e membros de agentes comerciais de todo o Brasil – “que os membros fabricantes das associações comerciais discordaram, mas eram invariavelmente em menor número nas diretorias das associações. Além disso, alguns fabricantes não eram zelosos em defender interesses industriais porque eles também encabeçavam firmas de comércio estrangeiro ou tinham investimentos pesados nelas.”⁵⁹

Por sua habilidade em influenciar os níveis das tarifas aduaneiras, os grupos de interesse de negócio foram os que mais afetaram no surgimento da produção manufatureira nacional. A prerrogativa das associações comerciais no aconselhamento sobre as tarifas alfandegárias era considerada uma medida sábia, como também

⁽⁵⁷⁾ *Idem*, p.6. (O destaque está no original.)

⁽⁵⁸⁾ *O Auxiliador da Industria da Nacional*, nº 4, abril de 1877, p. 162.

⁽⁵⁹⁾ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 205.

justa. Como a Associação Comercial do Rio de Janeiro colocava, “*o estado tem os homens de teoria, o comércio os homens que são práticos e experientes.*”⁶⁰

Foram diversificados e muitos os meios pelos quais os grupos de negócios influenciavam nas tarifas alfandegárias, indo desde o aconselhamento na classificação e nos custos dos produtos até a participação de representantes de grupos de interesse de negócio na elaboração das tarifas alfandegárias brasileiras. Como cabia às associações comerciais o papel de esboçar e criticar as tarifas aduaneiras e de ajudar os funcionários da alfândega a estabelecer os preços das mercadorias que constavam na pauta do comércio importador e exportador, havia fortes indícios de que a fixação dos preços oficiais estaria abaixo dos preços de mercado. De acordo com Sebastião Ferreira Soares, “*sobre os mais severos exames por mim feitos e baseados em verdadeiras informações de negociantes respeitáveis desta praça [da cidade do Rio de Janeiro], deve-se estimar os preços officiaes (...) menores que os commerciaes dos mercados do Brasil na razão média, as – Importações – de menos de 20%, e as Exportações – de menos de 10%.*”⁶¹ Notava-se, também, que os comitês de importadores haviam abaixado os requisitos de taxas ao colocarem certas mercadorias numa categoria de impostos inferiores. Conforme denunciava a Associação Industrial, em 1881, “*os importadores não só organizam a tarifa [aduaneira] como a vão quotidianamente adaptando aos seus interesses com prejuizo do fisco, da industria do paiz e até do negociante de boa fé, avesso ao papelorio, e a tudo quanto é questão com o governo.*”⁶²

Tudo faz crer, então, que os valores do comércio externo (sobretudo das importações) estavam subestimados, pois atribuía-se às associações comerciais o papel de ajustar as tarifas alfandegárias e a seus membros importadores o de fixar os valores para a classificação das mercadorias transacionadas no mercado externo. Conseqüentemente, como afirmou Eugene Ridings, “*a proteção oferecida pelas tarifas brasileiras do século XIX era mais fraca que o suposto.*”⁶³

As associações e agentes comerciais também inibiram o desenvolvimento da indústria nacional ao insistirem na proteção legal para as patentes estrangeiras. A questão girava em torno das falsificações das marcas dos produtos industrializados e da necessidade do Brasil acomodar a sua legislação sobre esta matéria à convenção internacional de Paris de 1883. Para um observador nacional, o regulamento das marcas de fábrica e de comércio que estava tramitando no parlamento havia esquecido as condições especiais do Brasil, expondo a sua nascente indústria a uma derrota inevitável e certa, visto que, por esse novo regulamento, toda a tentativa de imitação dos produtos estrangeiros seria proibida em prol dos interesses da indústria estrangeira.

“Paiz novo, e onde a industria está ainda em embryão, que lucro o Brazil com a severidade inquisitorial imposta aos nossos industriaes, ao passo que se deixa prosseguir desassombradamente e sem empecilios, que não podemos nem teríamos meios de coarctar ou evitar, os abusos intoleraveis e tantas vezes perigosos dos estranhos?”

⁶⁰ Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Relatorio de 1878*, p. 33, *apud*: Eugene RIDINGS, *op. cit.*, pp. 209-210.

⁶¹ Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística*, *op. cit.*, Tomo I, p. 30.

⁶² Associação Industrial. *O Trabalho Nacional e Seus Adversários*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinguer & Filhos, 1881, p. 94.

⁶³ Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 213. Apesar de ser necessário ter em conta, além disso, as variáveis câmbio e inflação para fixar qual era o custo médio real das importações brasileiras, bem como os efeitos disso para a fixação da tarifa aduaneira, está claro que certas afirmações, como a de João Manuel Cardoso de Mello, precisam ser revistas. De acordo com ele, é “*preciso afastar um equívoco em que muitos incorreram: a ausência de indústria tem sido atribuída, antes de tudo, à falta de proteção. (...) Não se está autorizado, portanto, a atribuir o bloqueio da industrialização à carência de proteção. O verdadeiro problema começa aí: há que explicar por que o nível de proteção, que jamais foi baixo, revelou-se insuficiente.*” João M. C. de MELLO, *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas, Unicamp/IE, 10ª ed., 1998, pp. 76-7. (O destaque está na *op. cit.*)

Acaso ainda há alguém que ignore que a maior parte dos artigos que importamos e seja de que especie fôr é viciado, tanto na natureza como na origem da producção e até no nome do productor?

E haverá alguma compensação para tão benevola e graciosa condescendencia da nossa parte?

*É conhecida por todos a curiosa defeza de uma importante fabrica estrangeira de productos químicos e pharmaceuticos, apanhada em flagrante delicto de substituição fraudulenta, de sulphato de quinino e outros medicamentos por substancias inertes e sem valor, respondendo **que perigo algum havia para a saude das mystificações que manipulava, visto que erão destinadas á exportação para o Brazil, sendo que as reservadas para o proprio paiz, ella as preparava por uma maneira inteiramente diversa; este facto por si só é bastante significativo, e dispensa perfeitamente outro qualquer commentario.***⁶⁴

As associações comerciais também denunciavam que certos produtos nacionais não deveriam receber proteções aduaneiras diante do similar importado. Este foi o caso do vinho artificial brasileiro, cujo pedido de proteção tarifária atraiu o apoio dos plantadores de cana-de-açúcar, pois este produto era uma mistura fabricada à base de açúcar. A competição deste vinho artificial com o vinho natural importado, fez com que as associações comerciais do Rio de Janeiro e de Pernambuco, ambas tendo uma proporção alta de importadores de bebidas, pressionassem as autoridades a tomarem medidas contra a fabricação e proteção do vinho artificial. Para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, ao ser questionada em 1879 pelo Ministro da Fazenda para avaliar um pedido feito pelos produtores de açúcar para aumentar as taxas de

importação de vinho, a fabricação de vinhos artificiais era uma indústria ilícita, porque seus ingredientes básicos eram quase todos importados, além dele ser “*manifestadamente prejudicial à saúde pública*”.⁶⁵ Até o início da década de 1880, os ataques feitos pelas associações comerciais do Rio de Janeiro e de Pernambuco às indústrias de vinho artificial haviam conseguido frustrar as demandas desta indústria por tarifas alfandegárias mais altas no vinho importado.

O mais forte aliado dos importadores de vinhos era a necessidade do Estado de aumentar as suas receitas. Em 1885, o Ministro da Fazenda, o conselheiro José Antonio Saraiva, atribuía a diminuição da arrecadação fiscal sobre as bebidas nacionais e estrangeiras à “*grande quantidade de bebidas alcoolicas fabricadas no paiz, e vendidas com as marcas de productos similares estrangeiros, tem influido bastantes para diminuir a importação destes. Disto resulta sensível desfalque na renda de importação para consumo, sem augmento correspondente nas rendas do interior*”.⁶⁶ Ao verificar uma diminuição de 5% na arrecadação de direitos sobre as bebidas importadas nos exercícios de 1881 a 1884, o Ministro da Fazenda argumentava que este era o motivo que o levava a ser contra o pretendido aumento de impostos de 10% sobre as bebidas importadas.

“Não sendo já benevolas as taxas por que actualmente é cobrado este imposto, a aggravação dellas terá como consequencia necessaria a diminuição da importação, e portanto o augmento de renda, se augmento houver, será insignificantissimo para justificar o encarecimento de qualquer producto, ainda mesmo de luxo. Accresce que iriamos animar a industria de vinhos artificiaes, cognac e licôres, com que se

⁽⁶⁴⁾ “Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação. Marcas e fabrica e commercio”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 6 ago. 1885, p.2. (Os destaques estão no original). Em decreto de 31/12/1887, foi aprovado o regulamento para a execução da lei nº 3.346, de 14/10/1887, sobre marcas de fábricas e de comércio.

⁽⁶⁵⁾ Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Relatorio de 1879*, pp. 21-25, *apud*, Eugene RIDINGS, *op. cit.*, p. 209.

⁽⁶⁶⁾ “Extractos do relatorio apresentado ao corpo legislativo pelo ministro da fazenda conselheiro José Saraiva, em 26 de maio de 1885”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 maio. 1885, p. 2.

tem invadido ao mercado da côrte e das provincias, com manifesto damno para a saude publica. Emquanto não fôr rigorosamente inspeccionado o serviço das respectivas fabricas, convém coarctar, em vez de animar, o fabrico dos seus productos que, como bem disse o meu illustrado antecessor, 'constituem pela maior parte, venenos lentos, que vão destruindo a saude dos consumidores, causando molestias graves'. A falsificação desses productos no paiz encontra já grande margem para auferir avultado lucro, e ella mais se desenvolverá á sombra de taxas quase prohibitivas, que acabarão por afastar do mercado todos os liquidos estrangeiros.

Por enquanto o que devemos é agravar o imposto de industrias e profissões sobre as fabricas de vinhos e licôres nacionaes. Sobre esses vinhos poder-se-há estabelecer tambem uma taxa de 100 rs.[réis] por litro.”⁶⁷

Por esses anos 1880, ocorria uma expansão da produção manufatureira nacional que continuaria a se prolongar nas próximas três décadas. A industrialização foi impulsionada pela mudança dos comerciantes para a industrialização, pelas tarifas aduaneiras que, sem deixar de serem fiscais, passaram, a partir da tarifa de 1889, a conter medidas abertamente protecionistas, pelo acesso mais fácil ao crédito e pela desvalorização cambial que tornou os produtos importados mais caros.

A instabilidade demonstrada pela exportação agrícola, que culminou com a queda rápida dos preços do algodão após a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, com o declínio contínuo dos preços do açúcar depois de 1872, com o tombo dos preços do café em 1881 e a diminuição dos preços da borracha depois de 1884, levou muitos comerciantes, agentes exportadores e importadores a realizarem uma inversão de capitais para a produção manufatureira nacional. Conforme salientou

Eugene Ridings:

“Parte do desenvolvimento da indústria durante 1880 foi uma mudança dos comerciantes para a industrialização. Muitos agentes de café investiram na indústria como uma resposta à iminente abolição e outras ameaças a seu sustento. O movimento dos importadores foi até mais notável. Tipicamente, dos 117 diretores da Associação Comercial do Rio de Janeiro durante 1834 e 1844-1902, somente quinze eram fabricantes, mas todos entraram no campo durante 1880 e treze começaram como importadores. A transição para a industrialização foi relativamente fácil para os importadores: eles tinham acesso a crédito, conhecimento de mercado e canais para distribuição do produto industrializado. Este movimento em direção à indústria pôde ter sido em grande parte uma antecipação de futuras mudanças. Embora o Brasil ainda não tivesse decretado uma tarifa protetora verdadeira, o apoio crescente à industrialização indicava que ela viria logo, e alguma linhas de importação têxtil já estavam afetadas pela tendência de se elevar as taxas existentes. Os importadores perspicazes consideravam indubitavelmente um movimento para a industrialização como o meio mais lógico de se encontrar tal ameaça.”⁶⁸

Quem se limitasse a apreciar a situação da indústria brasileira consultando o relatório da Exposição Nacional que se realizou em 11 de dezembro de 1888 no Campo de Marte, como preparatória da exposição universal de Paris, realizada em 1889, poderia concluir que não houve nenhum progresso da indústria nacional no intervalo de 1881 até o ano do fim da escravidão. No entanto, nos anos de 1880 a 1900, ocorreu uma expansão da indústria brasileira – principalmente na Capital Federal da recém inaugurada república. Dentre os numerosos fatores que contribuíram para dar

⁽⁶⁷⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁶⁸⁾ Eugene RIDINGS, op. cit., p. 221.

maior impulso para o desenvolvimento da indústria fabril destacam-se os seguintes:

A) O aumento considerável das despesas públicas do país, que uma mudança radical do regime político sempre acarreta, obrigou o Poder Legislativo a aumentar os impostos e, por consequência, as taxas aduaneiras, que constituíam a principal fonte de rendas do país. A elevação dos direitos de entrada de vários produtos estrangeiros foi, em certos casos, poderoso incentivo para a fundação de novos estabelecimentos industriais ou a ampliação dos preexistentes;

B) A baixa rápida e contínua do câmbio, durante muitos anos, a partir de 1880, atuando com muito mais força e prontidão sobre o custo, embalagem e frete dos produtos importados, do que sobre os salários dos operários e outros gastos de fabricação no interior, produziu efeito análogo ao determinado pela elevação dos direitos de alfândega, restringindo no mercado do país a procura dos artigos estrangeiros, assim encarecidos, e alargando na mesma proporção o consumo dos similares nacionais;

C) As excessivas emissões bancárias, tão nocivas sob diversos pontos de vista, facilitaram entretanto o crédito a novas e antigas empresas, promovendo desta forma a instalação de numerosos estabelecimentos fabris e o aumento ou aperfeiçoamento do material de outros fundados anteriormente. E, se não há dúvida que a abundância do meio circulante e a facilidade do crédito ocasionaram especulações que reverteram em esbanjamento de capitais na montagem de indústrias inviáveis, não é menos certo que a abundância dos recursos disponíveis naquela época fez nascer ou incrementou grande número de fábricas que daí em diante prosperaram.⁶⁹

Em suma, por sua capacidade de influenciar na proposição e execução das medidas tarifárias, os grupos comerciais afetaram o desenvolvimento da manufatura nacional até os primeiros anos da década de 1880. A força empreendida por eles provinha da própria dinâmica da *economia*

urbana que, assentada no capital mercantil, tinha plena percepção de que os lucros comerciais eram independentes dos requisitos da acumulação produtiva, travando, deste modo, os empreendimentos manufatureiros e a organização da produção à base do trabalho livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

1.1. Livros e Folhetos

ALENCAR, José de. *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, 1922.

ALMEIDA, Tito FRANCO de. *A Grande política. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, 1877.

Associação Industrial. *O Trabalho nacional e seus adversarios*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881.

BARRETO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913.

BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio. Primeira parte: exposição de principios*. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1878.

CARREIRA, Liberato de Castro. *Historia financeira e orçamentaria do Imperio do Brazil desde a sua fundação. Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independencia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

CAVALCANTI, Amaro. *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

⁽⁶⁹⁾ Cf.: Prefeitura do Districto Federal. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Districto Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuida durante a Exposição Nacional de 1908*. Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908.

Informações sobre a fabrica de cerveja da rua riachuelo nº 78 de Leon Leiden & Companhia offerecidas ao jury da exposição nacional de 1866. Rio de Janeiro, Typographia do – Commercio – de Pereira Braga, 1866.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo.* São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. *Minha formação.* São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

Prefeitura do Districto Federal. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Districto Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuida durante a Exposição Nacional de 1908.* Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908.

Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Commissão de Inquerito Industrial. Vol. 1. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882.

Relatorio geral da exposição nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da CUNHA. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de estatistica comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatistica commercial do Brasil.* Rio de Janeiro, Typographia Nacional, Tomo I e II, 1865.

_____. *Esboço, ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864.* Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1865.

_____. *Notas estaticas sobre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Império do Brazil.* Rio de Janeiro, Typ. Imp. de J. Villeneuve e Comp.; 1860

A' Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional offerecem os artistas chapeleiros. Rio de Janeiro, Typ. Economica, de Machado & C., 1876, 36 p.

SOUZA, João Cardoso de Menezes. *These sobre colonização do Brazil. Projecto de solução a's questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatorio apresentado ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

1.2. Jornais

Correio Mercantil, Rio de Janeiro.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.

O Protesto: jornal de Tres, Rio de Janeiro.

Revolução, Rio de Janeiro.

Tribuna Artistica, Rio de Janeiro.

1.3. Revistas

O Auxiliador da Industria Nacional, Rio de Janeiro.

Revista da Associação dos Guarda-Livros, Rio de Janeiro.

2. BIBLIOGRAFIA CITADA:

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial.* Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.

_____. *Teatro de sombras: a politica imperial.* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* Rio de Janeiro, Globo, 8ª ed., 1988.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.* 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 1988.

_____. “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”, *Revista USP*, nº 17, mar./abr./mai. 1993, pp.14-29.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.
- LESSA, Carlos. “O parto sem dor do Estado Nacional Brasileiro, e com muita dor, da economia nacional”, in FIORI, José Luís. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, pp. 245-268.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso de MELLO. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed., Unicamp/IE, Campinas, 1998.
- MERQUIOR, José Guilherme MERQUIOR. “Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina”, in: HALL, John A.(org.). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- RUDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo, Ed. USP/Instituto Fernando Braudel, 1996.
- URICOHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo, Difel, 1977.